

GISELA GERTRUDES JÖNCK

ESTAR
Uma proposta de análise inacusativa

FLORIANÓPOLIS
2002

GISELA GERTRUDES JÖNCK

ESTAR – UMA PROPOSTA DE ANÁLISE INACUSATIVA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação de Letras/Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Lingüística.

Orientadora: **Prof^a Dr^a Maria Cristina Figueiredo Silva**

FLORIANÓPOLIS/SC, FEVEREIRO DE 2002.

Dissertação julgada adequada para a obtenção do grau de

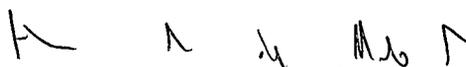
MESTRE EM LINGÜÍSTICA,

Área de Teoria e Análise Lingüística,

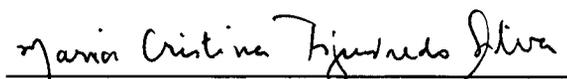
Linha de pesquisa: Interfaces da gramática.

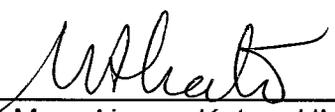
Aprovada em sua forma final pelo
Programa de Pós-graduação em Lingüística da
Universidade Federal de Santa Catarina

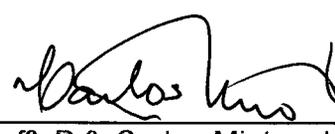
Coordenador do CPGLL


Prof.º Dr.º Heronides Maurílio de Melo Moura

Banca examinadora


Prof.ª Dr.ª Maria Cristina Figueiredo Silva –
UFSC - Orientadora


Prof.ª Dr.ª Mary Aizawa Kato – UNICAMP


Prof.º Dr.º Carlos Miotto – UFSC

Florianópolis, 04 de fevereiro de 2002.

AGRADECIMENTOS

À Profª Drª Maria Cristina Figueiredo Silva, pelo acompanhamento, revisão do estudo e dedicação na orientação deste trabalho;

À minha família, que me apoiou, me motivou e tolerou minhas ausências;

Aos meus amigos, pela presença viva nos momentos mais difíceis.

DEDICATÓRIA

Ao Norberto, Leonardo e Guilherme, pelo carinho, compreensão e apoio.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de análise de inacusatividade para o verbo *estar* do português brasileiro (PB), dentro do quadro da Teoria de Regência e Vinculação. Desta perspectiva, *estar* seleciona *small clauses* adjetivais, verbais, preposicionais e nominais. São apresentadas as abordagens de *small clause* de Stowell (1995), Contreras (1995) e Raposo e Uriagereka (1995). Considera-se para este estudo a hipótese de *small clause* (SC) de Stowell, o qual propõe análise de SC para todos os tipos de predicados (adjetival, verbal, preposicional e nominal).

ABSTRACT

The object of this study is to show a proposal of inacusativity analysis for the verb "*estar*" /to be/ of the Brazilian Portuguese (BP) into the prospect of the Government and Binding Theory. From this prospect, the verb "*estar*" /to be/ selects adjective, verbal, prepositional and nominal small clauses. Here are presented the small clauses' approaches from Stowell (1995), Contreras (1995) and Raposo & Uriagereka (1995). For this study is considered Stowell's small clauses (SC) hypothesis, which proposes an analysis of SC for all kinds of predicates (adjectival, verbal, prepositional and nominal).

SUMÁRIO

RESUMO	4
ABSTRACT	4
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I ALGUNS PONTOS DA TEORIA DE REGÊNCIA E VINCULAÇÃO ..	8
1.1 Teoria X-barra.....	9
1.1.1. Núcleos lexicais	13
1.1.2. Núcleos funcionais.....	14
1.1.3. Especificador e Complemento	18
1.1.4. Adjuntos	18
1.2. Teoria temática.....	19
1.2.1. Critério Temático.....	21
1.2.2. O Princípio da Projeção	22
1.2.3. A Noção de Cadeia.....	23
1.2.4. Princípio de Projeção Estendido (EPP).....	24
1.3. Teoria do Caso	24
1.3.1. Marcação canônica de Caso.....	25
1.3.2. Marcação Excepcional de Caso (ECM).....	27
1.4. A hipótese inacusativa.....	27
1.4.1 Cliticização do <i>ne</i>	30
1.4.2 Seleção de auxiliar.....	32
1.4.3 Verbos transitivos e monoargumentais	33
1.4.4. Inacusativos e a atribuição de Caso	37
CAPÍTULO II UMA DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE SMALL CLAUSE ...	40
2.1 Sobre a definição de Small Clauses (SCs) e a análise de predicados complexos	40
2.2 Sobre a estrutura interna das SCs.....	51
2.3 Sobre a diferença entre predicados <i>individual level</i> e <i>stage level</i>	62

2.4 Conclusão.....	66
CAPÍTULO III O VERBO <i>ESTAR</i> NO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	68
3.1. O verbo <i>estar</i> como um verbo inacusativo	68
3.2. Análise de SC x análise de Predicado Complexo.....	71
3.3. As diferentes construções com <i>estar</i>	76
3.3.1. Predicados adjetivais	77
3.3.2. Predicados Verbais	81
3.3.3. Predicados preposicionais	83
3.3.4. Predicados Nominais	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
BIBLIOGRAFIA	90

INTRODUÇÃO

O que motivou este estudo sobre *estar* são as dificuldades encontradas em apresentar uma única classificação para este verbo dentro da gramática tradicional (doravante GT). Em princípio, *estar* é classificado como verbo de ligação; se perguntarmos para qualquer professor de língua portuguesa que trabalha com os manuais da GT quais são os verbos de ligação, ele certamente listará os verbos começando por *ser*, *estar*, ...; no entanto, *estar* pode ser classificado como intransitivo e também como um verbo auxiliar, implicando na mudança da classificação do predicado, o que torna difícil este exercício para o aluno. Pergunta-se: o que leva este verbo a ser ora de ligação, ora intransitivo e ora auxiliar? É devido a esta falta de clareza dos critérios classificatórios que apresentaremos neste estudo uma análise unificada para o verbo *estar* propondo a hipótese inacusativa.

O trabalho está dividido em três capítulos, sendo o primeiro sobre pontos teóricos da Gramática Gerativa, tais como Teoria X-barra, teoria temática, teoria do Caso e uma discussão geral sobre inacusatividade.

No segundo capítulo abordaremos o tópico *small clauses* (doravante SCs), que são estruturas quasi-sentenciais que se caracterizam por conter uma predicação (uma estrutura sujeito-predicado), sem englobar um verbo.

No terceiro capítulo apresentaremos uma análise de dados do português brasileiro, à luz da teoria de Regência e Vinculação, com o objetivo de mostrar que o verbo *estar* pode ser classificado como um verbo inacusativo que toma uma *small clause* como complemento.

CAPÍTULO I

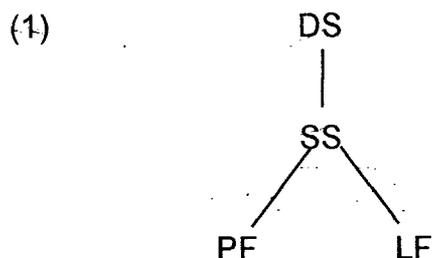
ALGUNS PONTOS DA TEORIA DE REGÊNCIA E VINCULAÇÃO

Os falantes de uma língua natural dispõem de uma gramática internalizada relacionada com a racionalidade humana. Essa gramática constitui-se num conjunto de regras que dispõem os itens numa sentença, organizando-os, segundo certos princípios, de maneira a torná-la gramatical. Estar ligado à racionalidade humana significa que, para formar uma sentença, não se combinam elementos quaisquer de maneira casual.

Na nossa concepção, a gramática é um sistema internalizado de Princípios e Parâmetros que determina a formação de sentenças em uma língua. Dizemos que Princípios são leis que valem para todas as línguas naturais, e os Parâmetros são propriedades responsáveis pelas diferenças entre as línguas. Se uma sentença não respeitar um princípio, torna-se impossível em qualquer língua, e se ela não atender a algum parâmetro, pode ser aceita em uma língua e impossível em outra. À medida que os parâmetros vão sendo fixados, vão constituindo as gramáticas da língua.¹

As sentenças das línguas naturais, à luz desta teoria, seguem um determinado formato, cuja arquitetura considera a existência de alguns níveis, tais como PF (*Phonetic Form*), LF (*Logical Form*), SS (*Surface-structure*) e DS (*Deep-structure*). Dizemos que a teoria é modular: nos diversos modos de representação aplicam-se os princípios/parâmetros dos diferentes módulos como: Teoria X-barra, Teoria- θ , Teoria do Caso. Vejamos o modelo representado em (1):

¹ Nossa atenção aqui não está voltada para a Gramática Tradicional (GT), cuja preocupação tem sido a obediência a um conjunto de regras, cultas ou padronizadas, que guia os julgamentos de o que é "certo" e "errado" na língua; ao contrário estamos falando de uma gramática que tem a ver com o conhecimento que o falante possui de sua língua materna, independentemente de ele conhecer os manuais de "bem falar e bem escrever" ou ter recebido aulas de português na escola.



PF dá forma a uma sentença como uma seqüência de sons e em LF se dá a interpretação lógico-semântica da sentença. A relação entre som (PF) e sentido (LF) depende de um outro nível para se concretizar: SS. Em SS abrigam-se os itens movidos da sua posição de estrutura DS, deixando a sentença pronta para ser pronunciada em PF. DS é o primeiro nível, o nível em que os núcleos lexicais projetam a posição de base onde os constituintes são gerados. Supõe-se que neste nível todos os papéis temáticos sejam atribuídos.

É importante, contudo, estabelecer o nível em que as sentenças vão ser representadas, tais como DS, SS, LF. Para passar de um nível para o outro podem acontecer movimentos. Dizemos que os movimentos que acontecem entre DS e SS são visíveis, mas são invisíveis os que acontecem entre SS e LF.

Esta apresentação não pretende ser exaustiva, mas queremos apresentar pontos teóricos cruciais à proposta de análise inacusativa para o verbo *estar*, que é o tema central da dissertação.

Neste capítulo abordaremos alguns pontos da Teoria de Regência e Vinculação, tais como Teoria X-barras, Teoria Temática, Teoria do Caso, fundamentais para a proposta de análise inacusativa para o verbo *estar*, que desenvolveremos nesta dissertação.

1.1 Teoria X-barras

Para apresentar a Teoria X-barras² é preciso, antes, esclarecer alguns termos, entre eles, o *constituente*.

Podemos dizer que constituinte é um item, ou uma seqüência de itens, que a sintaxe delimita a partir de um núcleo, ou seja, além do núcleo todos os itens

² Muitos exemplos, tabelas e conceitos apresentados neste primeiro capítulo são de Miotto, Figueiredo Silva e Lopes (1999).

agregados ou que dizem respeito a ele. Um constituinte também pode receber o nome de *sintagma*.

Para exemplificar, observemos (1):

(1) *O juiz julgou aquele réu inocente*

Na seqüência acima não está claro a que constituinte *inocente* pertence, gerando, portanto, uma interpretação ambígua. Vejamos a sentença abaixo, considerando sintagma o que está dentro dos colchetes:

(2) a. *O juiz julgou [aquele réu inocente]*

b. *O juiz julgou [aquele réu] inocente*

Em (2a), *inocente* é uma qualidade de *réu*. Supondo que *réu* seja seu núcleo e que este núcleo seja um nome, constitui-se, então, em um sintagma nominal; e em (2b), *inocente* é o julgamento do juiz, portanto, não fazendo parte do sintagma nominal. Assim, resolvemos o problema da interpretação ambígua atribuindo duas estruturas diferentes à sentença (1).

Vejamos o que acontece, se fazemos a substituição de *aquele réu* em (2b) por um pronome em (3):

(3) *O juiz julgou ele inocente*

Ao fazer a substituição pelo pronome, é preciso que seja feita a substituição do sintagma nominal inteiro e não parte dele; se o adjetivo *inocente* fizesse parte do sintagma nominal, como em (2a), nós teríamos algo como (4):

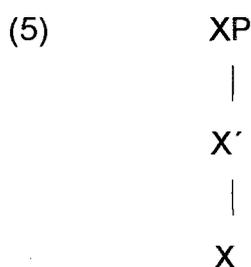
(4) *O juiz julgou ele*

A formação do *constituinte/sintagma* pode ser incluída em qualquer teoria sintática. É preciso, no entanto, que esta teoria desenvolva mecanismos de forma que seja possível visualizar a estrutura interna dos constituintes e a maneira como

se organizam para formar outros constituintes, entre os quais, uma *sentença*. Esta estrutura é apresentada pela *Teoria X-barra* a qual passamos a conceituar:

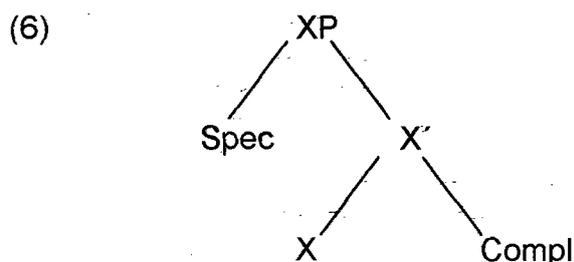
“A Teoria X-barra é o módulo da gramática que permite representar um constituinte. Ela é necessária para explicitar a natureza do constituinte, as relações que se estabelecem dentro dele e o modo como os constituintes se hierarquizam para formar uma sentença. Como acontece com qualquer módulo da gramática, a Teoria X-barra deve ser universal a ponto de configurar-se como um esquema geral, capaz de captar a estrutura interna dos sintagmas de qualquer língua; mas também deve prestar-se a dar conta da variação nas diferentes línguas.” Miotto, Figueiredo Silva e Lopes. (1999:49-50)

Como afirmamos anteriormente um constituinte se constrói a partir de um núcleo. Este núcleo será representado por uma variável X, cujo valor vai depender da categoria do constituinte. E para marcar as relações internas ao constituinte, temos os níveis X' e XP, como representado em (5):



Chamamos X á categoria mínima, X' ao nível intermediário ou projeção intermediária de X e XP ao nível sintagmático, ou projeção máxima de X.

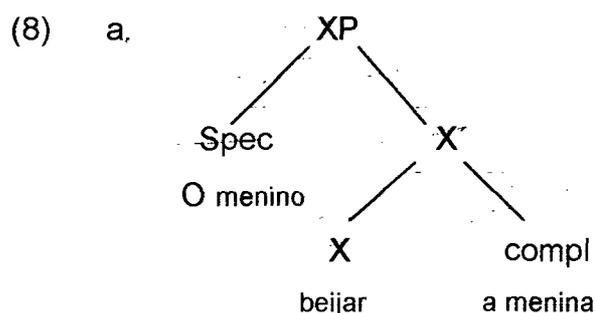
O núcleo pode se ligar a complementos (Compl), enquanto que na projeção máxima ele não pode se ligar a mais de um especificador (Spec), como em (6):



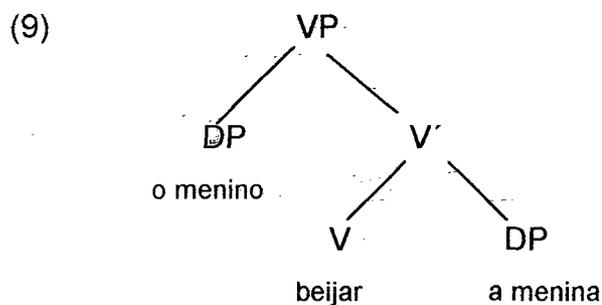
O nível intermediário representa a relação local de um núcleo com o seu complemento, sendo essa relação distinta daquela que ele mantém com seu especificador. Vejamos o exemplo abaixo:

(7) [o menino beijar a menina]

O verbo *beijar* requer dois argumentos, ou seja, o núcleo *beijar* é um predicado de dois lugares, um a ser ocupado por aquele que beija e outro a ser ocupado por aquele que é beijado, como podemos ver na árvore em (8):



O que determina o valor de X é o núcleo *beijar* da categoria verbo [V], e cada um dos argumentos envolvidos é um sintagma que chamaremos de DP (*Determiner Phrase*). Ao DP que constitui junto com o verbo a projeção intermediária denominamos *argumento interno* (AI), e àquele que, juntamente com a projeção intermediária, constitui o VP denominamos *argumento externo* (AE). Assim, em (9), o DP *o menino* constitui o AE e o DP *a menina*, o AI:



O esquema X-barra assegura que cada categoria sintagmática contenha apenas uma categoria lexical mínima. Essa propriedade da endocentricidade

garante que cada categoria XP só possa ter como núcleo uma categoria mínima X, ou seja, um NP tem como núcleo apenas N; VP, apenas V; e assim com outras categorias.

Como podemos perceber, o núcleo é parte importante numa categoria. É ele que estabelece direta ou indiretamente as relações dentro de um constituinte, como no caso do núcleo *beijar* em (7), que determina quem vai participar da relação entre quem beija e quem é beijado, ou seja, ele determina a quantidade de argumentos relacionados a ele.

Os núcleos podem ser de natureza lexical ou funcional, vazios ou pronunciados, como veremos a seguir.

1.1.1. Núcleos lexicais

Dizemos que o que define as classes lexicais é a capacidade que seus núcleos têm de selecionar semanticamente (*s-selecionar*) seus argumentos. Os núcleos lexicais são aqueles que se definem pela combinação dos dois traços fundamentais: nominal [+/-N] e verbal [+/-V], como podemos ver no quadro abaixo:

(10)

	[+N]	[-N]
[-V]	nome	preposição
[+V]	adjetivo	verbo

Podemos concluir, observando o quadro, que o nome, o adjetivo e o verbo formam um grupo com traços de pelo menos um valor positivo, e a preposição, um grupo unitário com somente traços negativos.

O grupo [+V] contém o que se chama “classes abertas”, por conter um grande número de membros no dicionário mental e permitir aos falantes a criação de novas expressões; já não é possível dizer o mesmo para o grupo das preposições, que é exemplo de uma classe fechada.

Assim, um radical como */beij-/*, do qual podemos obter um nome (*beijo*), um adjetivo (*beijado*) ou um verbo (*beijar*), determina o sentido lexical da palavra à qual, em princípio, não é associado nem o traço [+/-V] e nem o traço [+/-N]. Já a palavra *beijar* pode ser identificada pelos traços [-N, +V] e, portanto, definida

como verbo por não ter traços nominais como gênero e número, mas morfemas de tempo, modo, pessoa, que constituem traços [+V]. A palavra *beijo* é identificada como nome com traços [+N, -V] por ter traços nominais e não traços verbais. E a palavra *beijado* pode ter traços de gênero e número se estiver combinada com o verbo *ser*, como em *A Maria é beijada*, mas não contém esses traços se combinada com o verbo *ter*, como em *A Maria tinha beijado*. Daí se conclui que *beijado* contém os traços [+N, +V].

O grupo das preposições não tem traços nominais de gênero e número e nem traços verbais de tempo, modo e pessoa, por isso é definido pelo valor negativo dos traços [+/-N, +/-V]. Esta categoria não deriva de um radical que dá origem a outra categoria e não permite a criação de um novo item. Mesmo sendo essas características das classes funcionais, dizemos que as preposições podem ser tanto lexicais como funcionais.

Definimos um núcleo como lexical por ter a capacidade de *s-seleção* de seus argumentos; portanto, se as preposições *s-selecionam*, então podemos considerar que elas também são parte do grupo de núcleos lexicais. Vejamos a sentença em (11):

(11) *A Maria caiu sobre as flores*

Tudo leva a crer que a preposição *sobre* está selecionando o DP *as flores*, dando-lhe a interpretação de um lugar. Se verdadeiro, então podemos dizer que existem preposições que pertencem ao grupo lexical. Portanto, consideramos como núcleos lexicais as categorias N, V, A e P que formam os constituintes NP, AP, VP e PP.

Além dos núcleos lexicais, a gramática comporta também um outro tipo de elemento, os núcleos funcionais, que serão abordados a seguir.

1.1.2. Núcleos funcionais

Os núcleos funcionais têm função estritamente gramatical. É característica desses elementos a sua capacidade de *c-selecionar* (*c*=categoria) argumentos, isto é, ao selecionar seu complemento eles visam somente a categoria à qual pertence. A estruturação de seus constituintes é determinada pela teoria X-barra.

O especificador dos núcleos funcionais é uma posição que só pode ser ocupada por constituintes que têm traços compatíveis com os do núcleo. É importante dizer que, enquanto os núcleos lexicais s-selecionam e c-selecionam argumentos, os núcleos funcionais apenas c-selecionam seus argumentos.

Entre os núcleos funcionais está a flexão I, núcleo do sintagma flexional IP (Inflectional Phrase), que define se uma sentença é finita ou infinitiva. Observemos (12):

- (12) a. [*Ele sair*]
b. [*ele sairá*]

Enquanto no português (12a) não é uma sentença, admitimos que (12b) seja, dadas as marcas de tempo e modo na forma verbal *sairá*. Portanto, isso nos leva a crer que a flexão verbal é o núcleo da sentença.

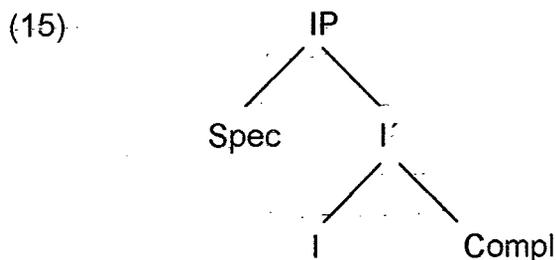
Vejamos dois verbos em que ocorrem a forma finita e a forma infinitiva, como *ver* e *sair*, respectivamente:

- (13) *Maria viu [ele sair]*

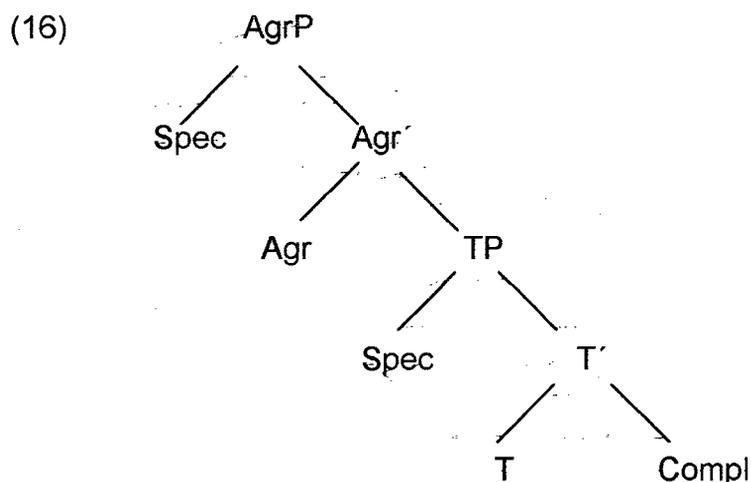
Apesar de infinitiva, [*ele sair*], pode se constituir numa sentença por estar em contexto selecionado, mas sentenças finitas também podem ocorrer neste contexto, como mostra (14):

- (14) a. *Maria viu [eles saírem]*
b. *Maria viu que [eles saíram]*

Dadas as semelhanças entre sentenças finitas e infinitivas, podemos concluir que estamos sempre às voltas com a flexão I, que por sua vez é o núcleo do constituinte IP, uma projeção que também se representa pelo esquema X-barra, como podemos ver em (15).



Em línguas como o português, a flexão é composta de modo e tempo - T (*tense*) e flexão de número e pessoa – Agr (agreement). Podemos supor, então, que I se subdivide em núcleos T e Agr que encabeçam a projeção máxima TP e AgrP, respectivamente. Um IP, na verdade, contém as informações mostradas em (16):



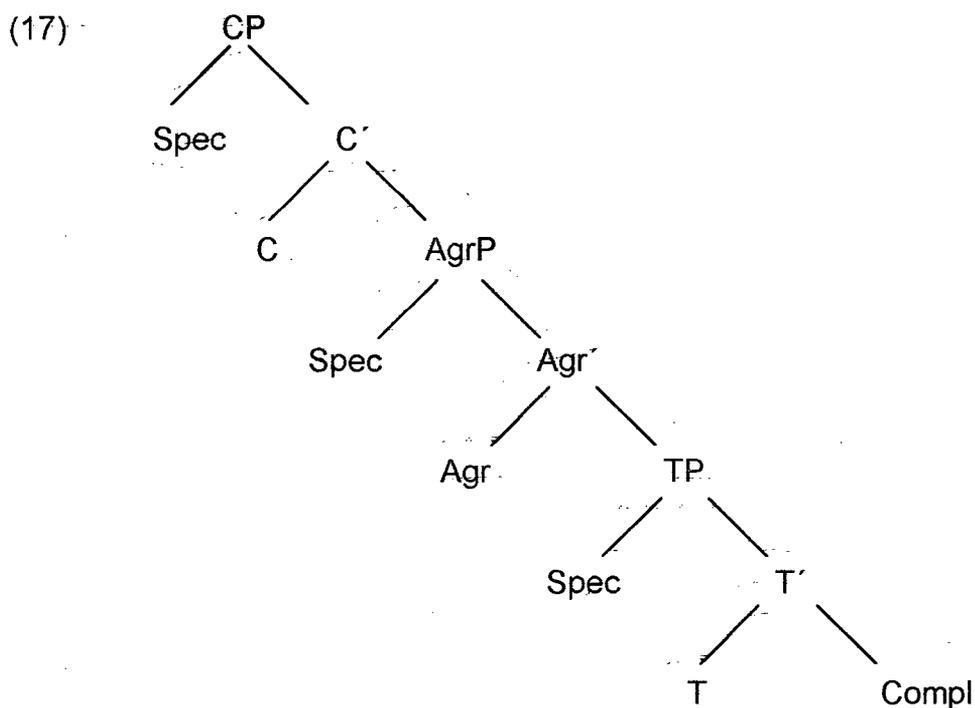
Ainda uma outra categoria funcional deve estar presente em uma sentença finita: o CP (C = *complementizer*). Para ilustrar retomemos a sentença (14b):

(14) b. *A Maria viu [que eles saíram]*

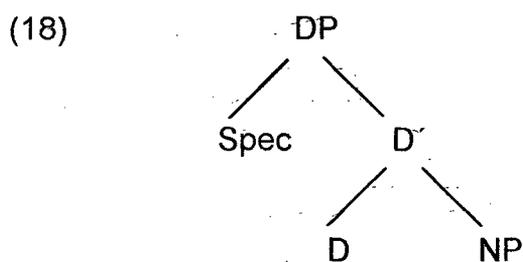
Vejamos agora a representação de (14b), com o complementizador *que* fora do IP e C sendo núcleo da categoria CP, como em (14b'):

(14) b'. *A Maria viu [CP que [IP eles saíram]]*

Agora mostramos na árvore abaixo as informações de (16) incluindo a categoria funcional CP, como em (17):



Também faz parte dos núcleos funcionais o núcleo D (*Determiner*) do constituinte DP. Assim como o IP domina o VP, o DP domina o NP, atribuindo-lhe estatuto de argumento. A representação em árvore é a que vemos em (18):



Abordamos até agora os núcleos lexicais e funcionais e como se apresentam no esquema X-barra; convém, todavia, observar melhor as posições de especificador e complementos, de real importância para teoria X-barra.

1.1.3. Especificador e Complemento

Na hierarquia dos constituintes, percebemos que o núcleo se relaciona com seu complemento e com seu especificador de forma assimétrica. O complemento é irmão do núcleo X, ambos são dominados por X'. Assim, podemos dizer que o núcleo *subcategoriza* a posição de complemento, ocupada pelo argumento interno desse núcleo.

Contudo, não podemos dizer que o núcleo subcategoriza o especificador que se localiza numa posição mais alta na estrutura. O especificador é irmão de X', que é o mediador da relação entre o especificador e o núcleo. Na verdade, o argumento externo, que ocupará a posição de especificador, não é determinado apenas pelo núcleo X, mas pelo X' que domina o núcleo e o complemento.

O núcleo funcional também não tolera qualquer constituinte como especificador. O Spec é uma posição que só admite constituintes com traços compatíveis com os do núcleo. Por exemplo, o especificador de Agr só pode ser ocupado por um DP que contenha traços de *persona* e *número* compatíveis com os presentes em Agr. Já um PP, por exemplo, não poderia ser deslocado para Spec AgrP.

1.1.4. Adjuntos

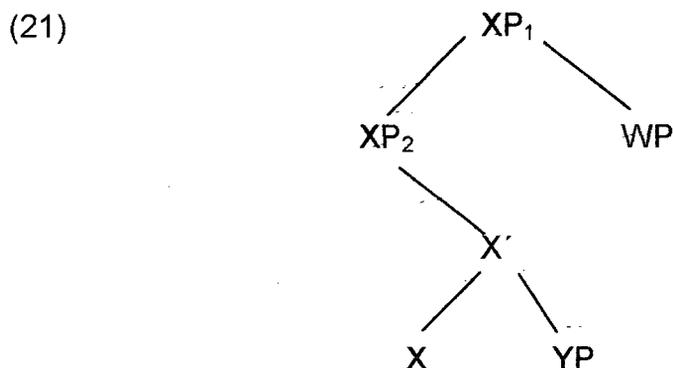
Vimos até agora que constituintes são definidos a partir de um núcleo, cujos argumentos devem ocupar as posições de especificador e complemento, contidas dentro da projeção máxima do núcleo. Mas pode haver constituintes licenciados numa sentença que não estão nem na posição de especificador, nem na posição de complemento do núcleo, aos quais denominamos *adjuntos*.

Apresentamos abaixo as noções de *inclusão* e *continência*, para que possamos compreender melhor no que consiste o adjunto, conforme Miotto, Figueiredo Silva e Lopes (1999:68):

(19) *Inclusão*: α inclui β se e somente se todos os segmentos de α dominam β .

(20) *Continência*: α contém β se β não é dominado por todos os segmentos de α .

Observemos a representação em (21):



Nessa árvore YP está incluído na projeção máxima de XP, sendo dominado por cada segmento XP_1 e XP_2 . Por isso podemos dizer que ele é um argumento. E WP está contido, e não incluído na projeção máxima XP. Ele é dominado por XP_1 , mas não por XP_2 , sendo WP, apenas, um adjunto.

Para representar o adjunto no esquema X-barra é preciso a duplicação da categoria à qual está relacionado, como a duplicação de XP em XP_1 e XP_2 observada em (21).

1.2. Teoria temática

Qualquer língua possui itens lexicais que, organizados de uma certa maneira, formam sentenças nesta língua. Ao conjunto de itens lexicais que o falante domina chamamos o seu léxico mental, o qual possui uma série de informações sobre cada um dos itens que o compõem.

Por exemplo, podemos dizer que *destruição* e *destruir* têm basicamente o mesmo sentido; no entanto, é preciso saber que se trata de nome e verbo, respectivamente. Pertencendo a categorias gramaticais diferentes, nomes e verbos têm distribuições distintas nas línguas, como se pode observar nos exemplos abaixo:

- (22) a. A Maria [_Vdestruiu] as provas.
 b. *A Maria [_Ndestruição] as provas.

Portanto, saber a categoria gramatical de um item lexical é importante para formar sentenças no português, como é importante, também, saber a estrutura semântica de cada item lexical, uma vez que existem itens que exigem a presença de outros itens lexicais, aos quais denominamos seus argumentos. Ao item capaz de selecionar argumentos chamamos predicado e ao conjunto de papéis semânticos que esse predicado terá para atribuir chamamos sua grade temática.

Dizemos que um núcleo X (V, N, A e P) atribui papel θ a seu argumento interno através de marcação direta, mas se o atribuidor for uma categoria intermediária, tal como X', a marcação temática será indireta. Observemos (23):

(23) [_{VP} João [_{V'} dar o doce para a Maria]]

O verbo *dar* está atribuindo papel θ diretamente para *o doce* e para *a Maria*; e, por se encontrar fora de V', a marcação θ de *João* é indireta. Dos argumentos selecionados, somente *João* será marcado como argumento *externo*; os demais devem ser marcados como argumentos *internos*.

Quando estamos falando da estrutura de uma sentença, o item lexical de particular importância é o verbo. É ele que determina o número de constituintes obrigatórios (os seus argumentos) que a sentença terá. Vejamos os exemplos abaixo:

- (24) a. O pássaro voa.
 b. O menino cortou o dedo.
 c. João colocou os livros na estante.

Assim, temos *voar* que é um verbo de um só argumento, o verbo *cortar*, que é um verbo que exige dois argumentos, e o verbo *colocar* que exige três argumentos, representados pelos sintagmas nominais em itálico.

Em cada sentença existe, portanto, uma estrutura temática que envolve as relações entre o predicator e os seus argumentos. Dizemos que o predicado determina a interpretação temática dos argumentos; em (24), *o pássaro*, *o menino* e *João* recebem papel θ de agente; em (24b), *o dedo* recebe papel θ de paciente

ou tema; e em (24c), a *estante* recebe papel θ de locativo. À capacidade que os predicados têm de selecionar um dado número de argumentos com função temática específica dá-se o nome de *seleção semântica (s-seleção)*.

A atribuição de papel temático obedece a uma forte restrição de localidade. Na verdade todos os papéis temáticos se realizam no âmbito da projeção máxima XP do núcleo X, atribuidor de papel θ .

Esclarecemos, também, que existem posições que são temáticas e outras que são não-temáticas, dependendo de ser uma posição em que algum argumento recebe papel θ de um predicator ou não. Por exemplo, é sempre temática a posição complemento de V. Por outro lado, existem posições argumentais – *posições A* – e posições não argumentais – *posições A-barra*. Numa representação sintática, as posições A são aquelas que têm função gramatical, como sujeito, objeto direto e objeto indireto; já não é o que acontece com as posições A-barra, que são as que não possuem essas funções gramaticais. As posições A são temáticas, exceto Spec IP, que é argumental mas não temática.

Os papéis temáticos são atribuídos de forma a obedecer a alguns critérios como podemos ver a seguir.

1.2.1. Critério Temático

Critério Temático é o princípio que regula a atribuição dos papéis- θ , cuja formulação é apresentada abaixo:

- (25) (i) *Cada argumento numa representação sintática recebe um e só um papel- θ .*
- (ii) *Cada papel- θ numa representação sintática é atribuído a um e só um argumento.*

É preciso haver correspondência biunívoca; isto é, correspondência um a um entre argumentos e papéis temáticos. É por isso que rejeitamos sentenças como:

- (26) a. *Quem a Maria viu o João?
 b. *A Maria viu.

Nessas sentenças houve violação ao Critério Temático: em (26a) a agramaticalidade acontece porque existem três argumentos para o verbo *ver* (*quem, a Maria, o João*), mas somente dois papéis temáticos a serem atribuídos (experienciador, tema), ficando, então, um argumento sem papel- θ e por isso violando (25i); e (26b) é agramatical porque o verbo *ver* tem dois papéis temáticos para atribuir, mas apresenta somente um argumento, violando assim a cláusula (25ii).

Para tornar gramatical (26b), precisamos supor que haja um argumento representado por uma categoria vazia (*ec*), a qual faz as vezes do constituinte faltante. Essa posição de *ec* preserva a relação de seleção que deve ser local. A preservação da estrutura dos constituintes é garantida pelo *Princípio da Projeção*, como veremos a seguir.

1.2.2. O Princípio da Projeção

Este princípio procura garantir que o número de argumentos ou posições argumentais selecionadas por um determinado núcleo não se altera durante a derivação. Isto significa que, se houver deslocamento de algum constituinte, não podemos apagar a posição de onde ele foi deslocado; esta posição deve ser preenchida por uma *ec* em SS e LF. Em outras palavras, o Princípio da Projeção exige que o movimento de um constituinte selecionado deixe um vestígio na posição de origem, como no exemplo abaixo:

- (27) *Que livro_i ela comprou ec_i?*

Podemos dizer que o sintagma *que livro* foi gerado em DS na posição onde vemos a *ec*, para depois se mover e em SS ocupar o lugar onde ele é pronunciado. Dizemos que esse movimento de uma posição para outra forma uma cadeia, ou seja, forma uma seqüência de posições que portam o mesmo índice, uma noção que discutiremos com mais detalhes abaixo.

1.2.3. A Noção de Cadeia

A cadeia se obtém a partir do movimento de um constituinte que acontece entre a posição em que foi gerado em DS para uma posição mais alta em SS. Segundo Raposo (1992:317), “uma cadeia é a representação abstrata da “história de movimento” de um argumento, e consiste no conjunto de posições que esse argumento ocupa desde a estrutura-D até a estrutura-S de uma determinada expressão lingüística.” Chamamos de *cabeça da cadeia* ao primeiro elemento que fica na posição que recebe o elemento movido em SS e de *cauda da cadeia* à posição mais baixa onde o constituinte foi gerado em DS (ocupada em SS pela ec). Dizemos que o movimento acontece partindo da cauda da cadeia para a cabeça da cadeia, isto é, da direita para a esquerda. Observemos a cadeia em (27’):

(27’) C: [*que livro*, ec]

Dizemos que existe uma conexão entre o DP *que livro* e a *ec*, uma vez que o DP *que livro* foi gerado em estrutura D na posição da *ec* para depois se mover para uma posição mais alta na estrutura S.

Supondo a existência de cadeias nas línguas naturais, reformulamos então o Critério Temático como em (28):

- (28) (i) Cada cadeia tem que receber um e um só papel- θ ;
 (ii) Cada papel- θ tem que ser atribuído a uma e uma só cadeia.

O Critério Temático coloca algumas restrições ao movimento, pois só é possível movimentar um elemento de uma posição- θ para uma posição não- θ . Retomando o exemplo (27), *que livro* ocupa a posição de Spec CP em SS, que é uma posição não- θ , ou seja, saiu da cauda da cadeia que é uma posição- θ e vai ocupar uma posição não- θ na cabeça da cadeia. É possível, também, movimentar de uma posição não- θ para outra posição não- θ , como em caso de movimento de adjunto mostrado em (29):

(29) *Quando_i você acha que a Maria comprou este livro ec_i?*

A *ec* está ocupando uma posição de adjunto da oração encaixada na cauda da cadeia, e *quando*, na posição de Spec CP da sentença matriz, é a cabeça da cadeia. As duas posições são não- θ . Não é admissível, de forma nenhuma, uma posição- θ receber um elemento movido; isso produziria uma violação ao critério- θ , pois teríamos uma cadeia com dois papéis- θ , impossível segundo (28i).

1.2.4. Princípio de Projeção Estendido (EPP)

O EPP (Extended Projection Principle) é o princípio que garante que toda sentença deve ter sujeito, ou seja, Spec IP é sempre projetada. Se o verbo não tem argumentos, então um expletivo deve ocupar a posição de sujeito para satisfazer o princípio. Se o verbo tiver um argumento externo, este deve ocupar a posição Spec IP, e se o verbo não tiver argumento externo, mas tem um interno, então este pode se movimentar para a posição de sujeito para garantir o EPP (a outra solução é um expletivo ocupar Spec IP). Este é o caso dos verbos inacusativos que vamos abordar na seção 4. Abaixo podemos observar sentenças com um verbo que não seleciona argumentos:

- (30) a. *It rains*
 b. *Chove*
 c. *pro_{expl} Chove*

O verbo meteorológico *rain /chove/* não seleciona argumentos, devendo, portanto, o expletivo *it*, ou um pronominal nulo expletivo (*pro_{expl}*), ocupar a posição de spec IP.

1.3. Teoria do Caso

Ao abordar a teoria do Caso, não nos referimos a caso morfológico, nem a caso semântico, mas a Caso abstrato. Línguas como o português não têm marcas morfológicas de atribuição de Caso, mas independentemente dessa ausência, dizemos que elas possuem um sistema de atribuição de Caso, que chamaremos de Abstrato, para permitir que os DPs possam ser interpretados, isto é, para que

se saiba qual o papel θ recebido por cada DP. Independentemente da sua morfologia, todas as línguas possuem Caso, porque esta é uma necessidade universal. E, para garantir que todos os DPs pronunciados tenham Caso, enunciamos o *Filtro do Caso*.

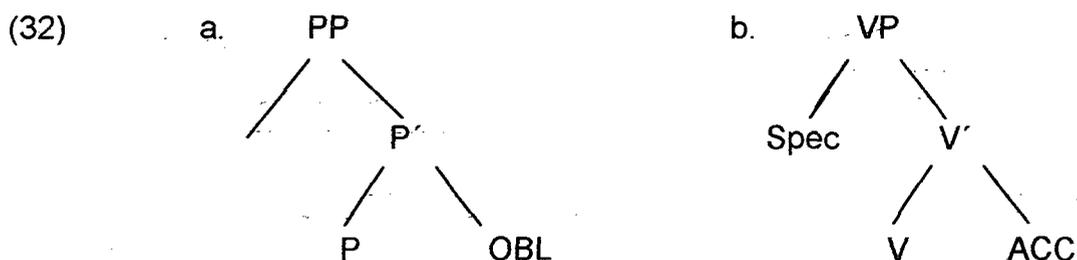
- (31) **[DP] se DP é pronunciado e não pertence a uma cadeia marcada com Caso*

Este princípio, uma vez que estamos falando de DPs pronunciados, não se aplica a DPs sem matriz fonética. A violação ao Filtro do Caso torna a sentença agramatical.

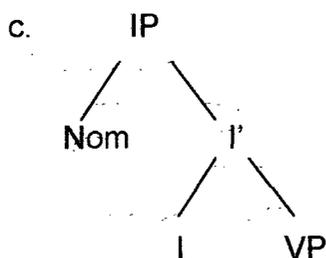
Para o português são pertinentes o Caso nominativo, atribuído pelo núcleo funcional I [+Agr] ao DP que se manifesta na posição de sujeito; o Caso acusativo, que é atribuído por um verbo transitivo ao DP complemento; e o Caso oblíquo, que é atribuído pela preposição ao DP complemento. A atribuição de Caso pode acontecer em configuração normal e excepcional, como vemos a seguir.

1.3.1. Marcação canônica de Caso

Chamamos de marcação canônica de Caso a atribuição de Caso feita em configuração normal: o Caso oblíquo é atribuído ao DP complemento sob regência da preposição; Caso Acusativo é atribuído ao seu complemento sob regência do verbo; e Caso nominativo é atribuído ao DP sob regência³ da flexão I da projeção máxima IP, como observado em (32 a, b, c), respectivamente:



³ A noção de regência aqui deve ser formulada em termo de m-comando para permitir que o núcleo reja o seu Spec. Não formularemos esta noção aqui.



Em (32a, b) temos marcação de Caso oblíquo e Caso acusativo para os DPs que aparecem à direita da preposição e do verbo, respectivamente. E em (32c) temos Caso nominativo para o DP que aparece à esquerda do núcleo I. Enquanto os Casos acusativo e oblíquo poderiam ser atribuídos na DS, o mesmo não acontece com o Caso nominativo, que obriga o DP a se movimentar para a posição Spec IP em SS, que é uma posição não- θ , para receber Caso. Dizemos portanto que a atribuição de qualquer Caso se realiza na SS.

Observemos o que acontece quando o complemento do verbo não se encontra à direita, como podemos ver em (33):

(33) *O menino, a menina viu no cinema*

Mesmo assim, o DP *o menino* recebe Caso acusativo, com interpretação de papel temático de tema atribuído pelo verbo *ver*. Na verdade, a posição em que o DP *o menino* se encontra não pode receber Caso. A solução para o problema é uma cadeia que contenha o DP *o menino* e a *ec*, com as duas posições co-indexadas, como em (34):

(34) *O menino_i a menina viu ec_i no cinema*

O problema do Caso de *o menino* é resolvido por ser ele membro da cadeia [*o menino_i, ec_i*], sendo, portanto, o Caso atribuído à *ec*.

Apesar de, no português, não haver marca morfológica para Caso nos nomes, nos pronomes existe ainda marcação casual, de maneira a não deixar dúvidas de que se trata de um determinado Caso, como em (35):

(35) *Ele leu-o para mim*

O DP *ele* recebe Caso nominativo da flexão I do verbo, o DP *o* recebe Caso acusativo do verbo *ler* e o DP *mim* recebe Caso oblíquo da preposição, todos supostamente em configuração normal.

1.3.2. Marcação Excepcional de Caso (ECM)

A marcação de Caso por ECM envolve um determinado núcleo lexical e argumentos de outro núcleo, como mostraremos com as sentenças em (36):

- (36) a. *A menina trouxe o livro para eu ler*
 b. *A menina trouxe o livro para mim ler*

Em (36a), o núcleo I do infinitivo pessoal do verbo *ler* atribui Caso nominativo para o DP *eu*, numa configuração de marcação canônica de Caso. Em (36b), a marcação de Caso não é canônica, como se poderia supor à primeira vista, com a preposição atribuindo Caso para seu complemento *mim*. Na verdade, *mim* não é seu complemento, e sim, a sentença infinitiva [*mim ler*] que, a princípio, não precisa de Caso. Na sentença [*mim ler*], *mim* é o argumento externo de *ler*, que será marcado por Caso pela preposição *para*. Por isso dizemos que um núcleo lexical atribui Caso para o argumento de outro núcleo, o que caracteriza a marcação excepcional de Caso.

Para podermos verificar a marcação excepcional de Caso é preciso pressupor uma estrutura de infinitivo impessoal. Supomos que neste contexto não haja nem mesmo um CP que possa interferir na atribuição de Caso entre o DP e o atribuidor.

Deixamos para falar em uma seção especial sobre os verbos inacusativos, de particular importância para a nossa análise. Mais adiante, retomaremos a atribuição de Caso, especificamente para estes verbos.

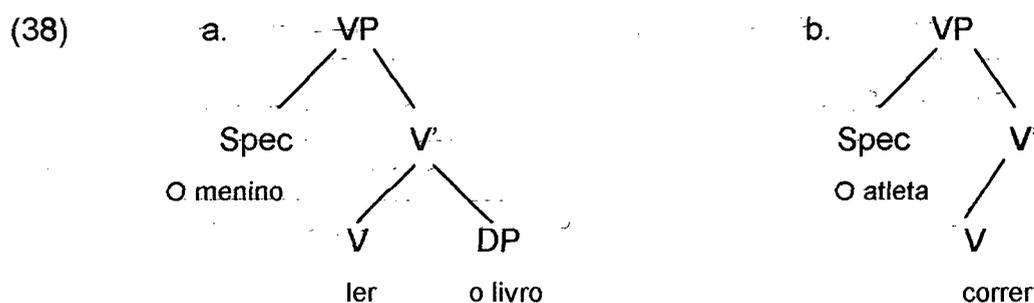
1.4. A hipótese inacusativa

Como vimos na seção 2 deste capítulo, o verbo é uma das principais categorias lexicais que, juntamente com o núcleo funcional I, são fundamentais para formar uma sentença. A flexão I c-seleciona para seu complemento um VP que é o principal articulador dos papéis θ a serem atribuídos numa sentença.

Vimos também que um núcleo verbal pode possuir até três argumentos; destes, um é externo e os demais são internos. Observemos as sentenças em (37):

- (37) a. *O menino leu o livro*
 b. *O atleta correu*

Em relação ao número de argumentos, consideramos (37a) uma construção transitiva cujo verbo possui dois argumentos: *o menino* como argumento externo que ocupa a posição de sujeito; e *o livro* que ocupa a posição de objeto direto como argumento interno; em (37b), o verbo *correr* possui um único argumento, o externo. Representadas na Teoria X-barra, as sentenças (37a) e (37b) exibem as estruturas de (38):

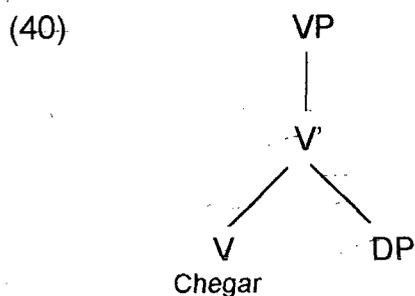


Numa interpretação semântica, podemos dizer que o argumento externo, situado numa posição mais alta à esquerda do verbo, recebe papel θ de agente; e o argumento interno, situado numa posição mais baixa à direita do verbo, recebe papel θ de tema.

As construções transitivas e intransitivas apresentadas não dão conta de todas as construções verbais que existem nas línguas. Existem ainda aquelas construções verbais que também selecionam somente um argumento, mas, neste caso, o interno, como (39):

- (39) *Chegaram as encomendas*

O verbo *chegar* não seleciona argumento externo e subcategoriza um argumento interno, como podemos ver na estrutura em (40):



Burzio (1986) postula a existência de verbos deste tipo, isto é, verbos que selecionam argumento interno, mas não selecionam argumento externo, e, portanto, não atribuem papel θ a esta posição, uma hipótese conhecida como *hipótese inacusativa*.

O nome *inacusativo* deriva da incapacidade de este tipo de verbo atribuir Caso acusativo ao DP complemento, vale dizer, argumento interno, que, para conseguir Caso, se movimenta para a posição de Spec IP na SS para receber nominativo.

As propriedades dos verbos inacusativos são relacionadas por Burzio (1986) na generalização descritiva em (41)

(41) Generalização de Burzio

- (i) *Um verbo a que falta argumento externo não consegue atribuir Caso acusativo ao seu argumento interno*
- (ii) *Um verbo que não consegue atribuir Caso acusativo ao seu argumento interno não tem marcação temática para um argumento externo*

Portanto, verbos que não selecionam argumento externo, conseqüentemente, não terão Caso acusativo para atribuir ao argumento interno, ou seja, verbos que não tem acusativo para atribuir ao seu argumento interno, não terão papel temático para atribuir ao argumento externo.

Os verbos inacusativos se parecem com os intransitivos quanto ao número de argumento; ambos são monoargumentais, porém com estruturas diferentes, como podemos observar comparando (38b) com (40).

Burzio (1986), para postular a hipótese inacusativa, isto é, para postular a existência de verbos com a estrutura apresentada em (40), traz como argumentos dois fenômenos da língua italiana: a cliticização de *ne* e a seleção de auxiliar.

1.4.1 Cliticização do *ne*

Ne é um clítico, ou seja, um elemento de valor pronominal que aparece ligado ao verbo flexionado. Em italiano, *ne* é o pronome capaz de pronominalizar um sintagma partitivo como (42):

- (42) a. *Ho bevuto d'acqua*
 /Tenho bebido de água/
 'Bebi água'
- b. *Ne ho bevuto*
 /(De água) (ne) tenho bebido/

Como podemos perceber o constituinte *d'acqua*, que aparece à direita do verbo em (42a), é pronominalizado por *ne* que surge à esquerda do verbo em (42b).

Existem outros contextos em que é possível usar o *ne* partitivo, ou seja, em sentenças com sintagmas quantificadores como *molti*, *tanti*, *poco*, *alcuno*, *due*, *tre*; observemos (43):

- (43) a. *Ho visto molti studenti*
 /Tenho visto muitos estudantes/
 'Vi muitos estudantes'
- b. *Ne ho visto molti*
 /(Ne) tenho visto muitos/
 'Vi muitos []'

A cliticização do *ne* se realiza com verbos que selecionam argumento interno, pronominalizando um DP na função de objeto (argumento interno) e não um PP. *Ne* também não pronominaliza um DP na função de sujeito, como podemos ver comparando as sentenças em (44):

- (44) a. *Molti studenti hanno visto Gianni*
 /Muitos estudantes têm visto João/
 "Muitos estudantes viram João"
 b. **(studenti) molti [] ne hanno visto Gianni*
 /(Estudantes) muitos *ne* têm visto João/

Algumas línguas românicas, entre elas o italiano, admitem o sujeito pós-verbal, no entanto, desta posição, não pode haver a cliticização do *ne* como mostra (45):

- (45) a. *L'hanno visto molti studenti*
 /o têm visto muitos estudantes/
 'viram-no muitos estudantes'
 b. **(Studenti) ne l'hanno visto molti []*
 /(Estudantes) *ne* o têm visto muitos/

A cliticização do *ne* tem comportamentos diferentes com respeito a verbos monoargumentais, como podemos ver na comparação entre (46) e (47):

- (46) a. *Hanno telefonato molti studenti*
 /Têm telefonado muitos estudantes/
 'Telefonaram muitos estudantes'
 b. **(Studenti) ne hanno telefonato molti*
- (47) a. *Sono arrivati molti studenti*
 /São chegados muitos estudantes/
 'Chegaram muitos estudantes'
 b. *(Studenti) ne sono arrivati molti*
 /(estudantes) *ne* são chegados muitos/

Em (46), a sentença porta um verbo intransitivo e seu único argumento é o externo; em (47), o núcleo verbal da sentença seleciona um argumento interno, e por isso permite a cliticização do *ne*. Como podemos observar, somente o

argumento interno permite a cliticização do *ne*. Isso nos dá indícios para postularmos a hipótese inacusativa para construções como (47). Na verdade, o Burzio utilizou essa diferença como argumento para separar os verbos monoargumentais em duas classes.

1.4.2 Seleção de auxiliar

Se em uma língua como o português é possível usar o tempo simples para formar uma sentença no pretérito perfeito, o mesmo não acontece com o italiano que forma suas sentenças com um tempo composto para expressar o pretérito perfeito, como mostra (48), exemplo de Burzio (1986:53):

- (48) a. *Giovanni è arrivato.*
 /Giovani é chegado./
 'Giovani chegou'
- b. *Giovanni ha telefonato.*
 /Giovani tem telefonado/
 'Giovani telefonou'

Os exemplos mostram que estes verbos monoargumentais selecionam auxiliares diferentes. Em (48a) o verbo seleciona o auxiliar *essere*, enquanto em (48b) o verbo aceita apenas o auxiliar *avere*. Observemos agora que auxiliar é exigido por um verbo transitivo em (49):

- (49) a. *L'artiglieria ha affondato due navi nemiche.*
 /A artilharia tem afundado dois navios inimigos./
 'A artilharia afundou dois navios inimigos'
- b. *Due navi nemiche sono state affondate.*
 /Dois navios inimigos são estados afundados/
 'Dois navios inimigos foram afundados'

- c. *Due navi nemiche sono affondate*
 /Dois navios inimigos são afundados/
 'Dois navios inimigos afundaram'

O verbo transitivo, quando na voz ativa como em (49a), seleciona o auxiliar *avere*; e na passiva como em (49b) seleciona o auxiliar *essere*. Observemos que, na formação da voz passiva, o objeto direto se move para a posição de sujeito, se entendemos que as relações temáticas são as mesmas da voz ativa. O mesmo acontece na voz média, (49c).

Sentenças como (47b) e (49b, c) selecionam o mesmo auxiliar *essere* e para todas as sentenças postulamos a mesma análise: o objeto profundo se move para a posição de sujeito da frase.

1.4.3 Verbos transitivos e monoargumentais

Construções inacusativas podem ser identificadas a partir de comparações feitas com construções transitivas e intransitivas, segundo testes apresentados por Eliseu (1984).

Retomemos as sentenças (37) e (40) aqui, sob a numeração (50):

- (50) a. *O menino leu o livro*
 b. *O atleta correu*
 c. *Chegarono os convidados*

Podemos dizer que em (50a) o núcleo verbal seleciona dois constituintes, enquanto (50b,c) seleciona somente um constituinte em cada sentença. Admitimos que, em (50a), o constituinte à esquerda do verbo seja o argumento externo e à direita seu argumento interno. O que se observa é que, em (50b), o verbo seleciona somente um argumento, o externo e, em (50c), o verbo também seleciona somente um argumento, mas desta feita o interno. Apresentamos a seguinte classificação para os verbos das sentenças em (50): transitivos, intransitivos e inacusativos, respectivamente. Passemos a seguir a analisar pontos de semelhança e de diferença nesta tipologia verbal.

A construção do participípio absoluto se caracteriza pela presença de um participípio passado seguido de um constituinte nominal, que no caso dos verbos transitivos é o constituinte com função de objeto direto, como mostram as sentenças (51):

- (51) a. *O menino leu o livro*
 b. *(uma vez) lido o livro,*
 c. **(uma vez) lido o menino, ...*

A gramaticalidade de (51b) e a agramaticalidade de (51c) mostram que apenas o argumento interno do verbo pode aparecer na construção de participípio absoluto.

Através da construção do participípio absoluto, podemos distinguir construções monoargumentais, uma vez que a formação do participípio absoluto é possível para inacusativos, mas não para intransitivos, como podemos observar em (53) e (54):

- (52) transitivo
(uma vez) Lido o livro, os alunos puderam apresentar seus trabalhos
- (53) intransitivo
*(uma vez) *Corrido o atleta, a cidade ficou na torcida pela vitória*
- (54) inacusativo
(uma vez) Chegadas as encomendas, eles poderão começar o trabalho.

Podemos observar que inacusativos e transitivos se assemelham quanto à possibilidade de formação de participípio absoluto, diferindo dos intransitivos que não selecionam argumento interno.⁴

⁴ A construção do participípio absoluto em PB pode trazer problema tanto para os transitivos quanto para os inacusativos, quando o argumento interno é [+animado] como: (i) *Vista a Maria, o João partiu (ii) *Chegada a Maria, a reunião começou.

A formação de nomes a partir do sufixo *-or* são impossíveis para inacusativos, com alguma variação para transitivos e intransitivos:

(55) inacusativos

**chegador* (*chegar*)

**fugidor* (*fugir*)

**saidor* (*sair*)

(56) intransitivos⁵

corredor (*correr*)

trabalhador (*trabalhar*)

**ridor* (*rir*)

(57) transitivos

leitor (*ler*)

comprador (*comprar*)

**encontrador* (*encontrar*)

Estes nomes, que se formam a partir do sufixo *-or*, assumem o papel θ agente que deve ser atribuído para a posição de argumento externo, portanto impossível para verbos inacusativos, que selecionam somente argumentos internos.

Segundo Eliseu (1984), os verbos inacusativos são caracterizados como verbos que possuem as seguintes propriedades:

- a) o sujeito superficial dos verbos inacusativos pode ser objeto de determinados processos que afetam, tipicamente, o objeto direto dos verbos transitivos (cf. formação do particípio absoluto);
- b) constituinte na posição de sujeito não pode ser interpretado como um agente (cf. formação de nominais em *-or*).

⁵ No PB, não podemos derivar de *viajar* o nome **viajador*, mas é possível a derivação *viajante*.

A seguir apresentaremos outras evidências que justificam a existência da classe de verbos inacusativos, comparando sentenças com o verbo *parecer* e *desejar* em (58):

- (58) a. *Parece que a Maria enfrenta os problemas com coragem.*
 b. * *Deseja que a Maria enfrente os problemas com coragem.*

Em (58a) ocorre uma sentença sem argumento externo; já em (58b), se não apresentarmos um argumento externo, ela se tornará agramatical. Fica evidente que, enquanto o verbo *desejar* exige um argumento temático, *parecer* não seleciona tal argumento, o que pode ser observado abaixo:

- (59) a. * *João parece que a Maria enfrenta os problemas com coragem.*
 b. *João deseja que a Maria enfrente os problemas com coragem.*

No desenvolvimento seguinte, mostramos que *a Maria*, que é argumento externo de *desejar* em (60b), não pode ser argumento externo de *parecer* em (60a):

- (60) a. *A Maria parece enfrentar os problemas com coragem.*
 b. *A Maria deseja enfrentar os problemas com coragem.*

O verbo *parecer*, embora tenha a *Maria* na posição de sujeito, não lhe atribui papel θ , portanto, este sintagma não pode ser seu argumento externo.

Um verbo não atribui papel θ a qualquer DP que possa aparecer como sujeito da frase. Na verdade, ele impõe restrições temáticas sobre os seus argumentos, como podemos ver, comparando os verbos *parecer* e *desejar* em (61):

- (61) a. *A pedra parece pairar no ar*
 b. * *A pedra deseja pairar no ar*

Em (61b), o verbo *desejar* não aceita *a pedra* na posição de sujeito, porque este é um verbo que seleciona um argumento [+animado] como seu argumento externo. Já em (61a), o verbo *parecer* não reage ao argumento que aparece na posição de sujeito, podendo este argumento ser [+/- animado]. Disso podemos deduzir que *a pedra*, que se apresenta como sujeito em (60a), não é o seu argumento externo. Observemos agora a sentença em (62):

(62) **A pedra parece doente*

Apesar de *a pedra* figurar como sujeito sem que *parecer* selecione argumento externo, o impasse não é este. A agramaticalidade se deve à incompatibilidade entre *a pedra* e (ser) *doente*, porque *doente* pede um argumento [+animado].

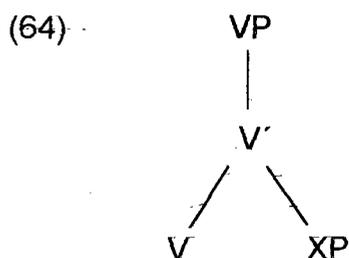
Afirmamos, anteriormente, que os verbos inacusativos são ineficientes para atribuir papel θ ao argumento externo. Eles também não atribuem Caso acusativo ao argumento interno, como mostra (63) aqui repetida:

(63) a. Chegaram as encomendas
b. *Chegaram-nas

Não aceitar um pronome oblíquo como complemento é evidência de que este verbo não atribui Caso acusativo ao argumento interno.

1.4.4. Inacusativos e a atribuição de Caso

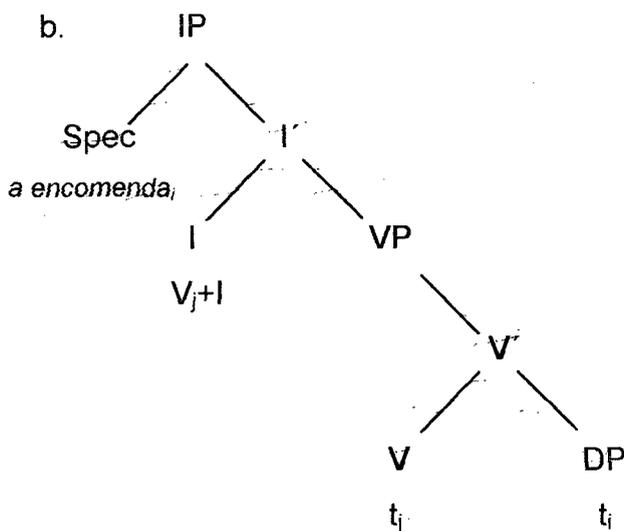
Um verbo inacusativo seleciona apenas um argumento interno, como podemos observar na estrutura repetida em (64):



Se XP for um complemento DP, ele não receberá Caso, uma vez que verbos inacusativos não atribuem Caso acusativo. Para resolver a falta de Caso, ele busca um atribuidor externo ao VP.

Tomemos uma sentença com um verbo inacusativo, como (65a), cuja estrutura é apresentada em (65b):

(65) a. *A encomenda chegou*



Em (65b) o DP se move para Spec IP para receber Caso nominativo do atribuidor I.

Um verbo inacusativo pode selecionar diferentes tipos de complementos, como vemos em (66):

- (66) a. *A menina parece dormir*
 b. *A menina parece legal*

A SS das sentenças em (66) é representada em (67):

- (67) a. *A menina_i parece [IP t_i dormir]*
 b. *A menina_i parece [SC t_i legal]*

Em (66a) o verbo *parecer* seleciona um IP e em (66b) seleciona uma *small clause* (SC). Lembramos, contudo, que *parecer* não atribui Caso acusativo. Por isso o DP *a menina*, para receber Caso nominativo, se desloca para o especificador do IP matriz, onde receberá nominativo nas duas sentenças.

Small Clauses (SC) são estruturas *quasi*-sentenciais, que se caracterizam por conter uma predicação (uma estrutura de sujeito-predicado) sem englobar um verbo.

Muitos autores têm levantado a discussão sobre a existência de estruturas sintáticas como *small clauses*. No próximo capítulo apresentaremos as análises de alguns deles, tais como: Stowell (1995), Contreras (1995) e Raposo e Uriagereka (1995).

CAPÍTULO II

UMA DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE SMALL CLAUSE

A abordagem da noção de *small clause* (SC) está estruturada em três tópicos: a seção 2.1 trata da definição de *small clauses* e a análise de predicados complexos. Neste tópico, Stowell (1995) discute a existência ou não de *small clauses* e a sua categoria sintática, e Contreras (1995) propõe uma análise de *small clause* para predicados adjetivais e verbais, os encabeçados por uma categoria [+V], e para predicados nominais e preposicionais, encabeçados por uma categoria [-V] uma análise de predicado complexo, utilizando como argumento os domínios de vinculação e processos de reconstrução para estes predicados; a seção 2.3 trata da estrutura interna das *small clauses*, onde se discute a estrutura das orações [-V] (nominais e preposicionais) abordada, principalmente, por Contreras; e a seção 2.4 trata da diferença "*individual level predicates*" e "*stage level predicates*" de Raposo e Uriagereka, os quais argumentam que estas diferenças não são léxico-semânticas, mas sintáticas.

Não pretendemos aprofundar questões semânticas, nem o Programa Minimalista de que trata o capítulo de Raposo e Uriagereka, por diferir do quadro teórico que nós estamos adotando.

2.1 Sobre a definição de Small Clauses (SCs) e a análise de predicados complexos

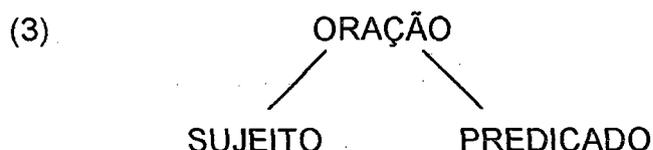
Segundo Stowell (1995), o grupo de sentenças exemplificadas em (1) é o conjunto de *construções* que originalmente motivou a análise de SC, com a estrutura notada em (2) abaixo:

- (1) a. *We consider John clever.*
Nós consideramos João esperto.
- b. *John seems clever.*
João parece esperto

- c. *Angry at everyone, John left the party.*
Irritado com todos, João deixou a festa.

- (2) a. *We consider [John clever]*
b. *John_i seems [t_i clever]*
c. *[PRO_i Angry at everyone], John_i left the party.*

Para o autor, a teoria de SC se baseia na convicção de que a relação semântica entre sujeito e predicado é refletida de forma uniforme na estrutura de constituintes, no sentido de que essa relação sempre vai ser codificada, sintaticamente, como um par de constituintes irmãos, como em (3):



Esta relação estrutural é respeitada em orações finitas completas. A estrutura em (3), acima, é da categoria sintática de sentença (S): o sujeito é um *sintagma nominal* (NP) e o predicado é um *sintagma de predicado* (PredP) ou um *sintagma verbal* (VP). Mesmo havendo uma variação de teorias de SC, todas elas propõem (2) como análise das frases de (1), inspirada diretamente em (3).

Stowell (1981, 1983) coloca que as estruturas de *small clauses* adjetivais em (1) são similares às estruturas infinitivas exemplificadas em (4), correlacionando (1a) com (4a), pois ambas são complementos de verbos *Excepcional Case Marking* (ECM) como *considerar*, (1b) corresponde a (4b), que são estruturas de alçamento do sujeito do argumento interno de *parecer*, e (1c) corresponde a (4c), já que ambas têm adjuntos PRO sujeito controlado pelo sujeito da sentença matriz.

- (4) a. *We consider [John to be clever].*
/Nós consideramos [João ser esperto]./
b. *John_i seems [t_i to be clever].*
/João_i parece [t_i ser esperto]./

c. [PRO_i To get back to the office on time], John_i left the party.

/[PRO_i Para voltar ao escritório a tempo], João_i deixou a festa./

Uma das questões que Stowell discute é se as SCs de fato têm a estrutura sintática de (2) que é análoga à de (3), no sentido de que tem um sujeito e um predicado que se combinam para formar uma oração. Chomsky (1955, 1975), apud Cardinaletti e Guasti (1995), defende uma visão alternativa, a da hipótese do predicado complexo para sentenças como (1a) onde *considerar... esperto* seria um predicado descontínuo. Em uma seqüência como ...V NP XP_{pred}, nessa visão [NP XP_{pred}] não forma um constituinte.

Assim, (1a) o NP [*João*] é argumento do predicado complexo formado pelo verbo principal [*considerar*] e o XP [*esperto*], constituinte de uma sentença como [*considerar esperto*] *João*. Chomsky (1980), apud Stowell (1995), argumenta que não é no nível de representação SS que se formam estas estruturas, mas em LF. Portanto, não existe nada como a estrutura (2) em SS, só em LF. O problema com essa visão alternativa é que sabemos que a atribuição de papel- θ se dá num domínio estritamente local; em particular o papel- θ externo, isto é, o do sujeito, sempre se dá dentro dos domínios da sentença, que é o domínio em que o sujeito se combina sintaticamente com o predicado. Essa primeira questão se reduz essencialmente a saber como a noção semântica de “sujeito da predicação” é expressa na estrutura sintática.

Estando a teoria da SC correta, então a estrutura sintática pode ser vista como um reflexo da estrutura predicado/argumento, tanto quanto nós poderíamos identificar as duas noções. Entretanto, continua Stowell (1995:273), se a teoria da SC está errada, então ou não há mesmo essa *quasi*-isomorfia entre a estrutura sintática e a forma lógica, ou então a verdadeira lógica dessas construções não é aquela que a nossa intuição ingênua sugere.

Stowell (1995) argumenta que se nós aceitarmos a teoria de SC, então, a outra questão que se levanta é que tipo de categoria sintática uma SC é. Em Stowell (1981, 1983), uma small clause é uma projeção máxima da categoria de seu predicado (AP, em 2). Nesta visão, muitos diferentes tipos de XPs, incluindo NP, VP, AP, PP e IP, podem servir como orações, ou seja, domínios de predicação. Kitagawa (1985) e Raposo e Uriagereka (1990), citados por Stowell

(1995:274), argumentam que SCs lembram orações finitas e infinitas, na medida em que parecem possuir algumas projeções funcionais do tipo sentencial, como IP ou AgrP. Nessa versão da teoria das SCs, elas não são apenas um AP, pois têm um AgrP dominando esse AP, que é responsável pela concordância visível em algumas línguas (como *Eu acho a Maria bonita e não bonito.*) Desta forma, SCs são muito parecidas com orações completas, diferindo apenas no tipo de elemento que ocupa o núcleo funcional Infl ou Agr: por exemplo, nas SCs adjetivais, a concordância é de gênero e número. Nas línguas românicas, nas orações completas, a concordância é de número e pessoa.

Stowell defende que a teoria de SC deve ser estendida a todos os predicados que tenham a estrutura sujeito-predicado, mas não possuem nenhum tipo de flexão frasal, defendendo, portanto, a inadequação da teoria do predicado complexo de Chomsky e outros estudiosos, como apresenta Contreras na sua análise de SC.

Contreras (1995), em sua abordagem, levanta a discussão sobre se se considera ou não as estruturas entre colchetes como constituintes em estrutura D nas sentenças em (5):

- (5) a. *We consider [Mary intelligent].*
 /Nós consideramos [Maria inteligente]./
- b. *We saw [Mary cross the street].*
 /Nós vimos [Maria atravessar a rua]./
- c. *We consider [Mary our best friend].*
 /Nós consideramos [Maria nossa melhor amiga]./
- d. *We want [Mary in our committee].*
 /Nós queremos [Maria em nosso comitê]./

Respondem afirmativamente Jespersen (1940) e Stowell (1983), e também outros lingüistas que trabalham dentro do modelo de princípios-e-parâmetros, entre eles: Bosque (1990, 1993); Chung e McCloskey (1987); Contreras (1987); Hoekstra (1984); Hornstein e Lightfoot (1987); Kitagawa (1985); Rizzi (1986); A. Suñer (1990). Outros autores, como Chomsky (1955, 1975), mas também Bach (1979, 1980), Dowty (1982), Hoeksema (1981) e Jacobson (1987) entendem como

constituente os sintagmas *consider.... intelligent*, *sawcross the street*, *consider.... our best friend* e *want in our committee*, como já foi abordado em Stowell (1995).

Contreras (1995) classifica as sentenças em (5) em dois grupos: os predicados adjetivais e verbais encabeçados por uma categoria [+V] como (5a) e (5b), que são analisados adequadamente pela hipótese de SC, e os predicados encabeçados por uma categoria [-V], como os predicados nominais e preposicionais em (5c) e (5d), para os quais o autor propõe uma análise de predicado complexo nos moldes da análise de Larson (1988) para construções de objeto duplo.

Ao examinar predicados [+V] e [-V], Contreras fornece duas diferenças para analisá-los distintamente. Ele se baseia no comportamento sintático desses predicados, quando observados os seus domínios de vinculação e suas possibilidades no processo de reconstrução.

O domínio local para vinculação de anáforas e pronomes se constitui como a primeira diferença: algumas SCs formam um domínio opaco para vinculação, como podemos observar nos exemplos de SCs adjetivais e verbais em (6) e (7), respectivamente.

(6) a. *We consider [Mary proud of herself]*

/Nós consideramos Maria orgulhosa dela mesma./

b. **We consider [Mary proud of ourselves].*

/Nós consideramos [Maria orgulhosa de nós mesmos]./

c. *We consider [Mary proud of us]*

/Nós consideramos [Maria orgulhosa de nós]./

d. **We consider [Mary_i proud of her_i].*

/Nós consideramos [Maria_i orgulhosa dela_i]./

(7)a. *We saw [Mary embarrass herself].*

/Nós vimos [Maria embaraçar em si mesma]./

b. **We saw [Mary embarrass ourselves].*

/Nós vimos [Maria embaraçar em nós mesmos]./

c. *We saw [Mary embarrass us].*

/Nós vimos [Maria embarçar-nos]./

d. *We saw [Mary_i embarrass her_j].

/Nós vimos [Maria_i embarçá-la_j]./

Os predicados [+V] examinados em (6) e (7) têm um comportamento bastante claro: como mostra a agramaticalidade de (6b) e (7b), as anáforas devem encontrar o seu antecedente dentro da SC; a agramaticalidade de (6d) e (7d), por seu turno, mostra que o pronome não pode ter seu antecedente dentro da SC adjetival ou verbal. Esses fatos se explicam facilmente se a SC, nestes exemplos, forma um CFC – complexo funcional completo⁶ (nos termos de Chomsky, 1986), definindo, portanto, uma categoria de regência em que os princípios A e B se aplicam. Cumpre frisar, aqui, que a definição de categoria de regência, em termos de CFC, implica a presença de um sujeito dentro da SC.

Observamos em (8) que predicados [-V] obedecem a um padrão diferente:

(8) a. *They_i consider John each other_j's friend.

*/Eles_i consideram João amigo um do outro_j./

b. *They_i want the wind away from each other_j.

*/Eles_i querem o vento longe um do outro_j./

A gramaticalidade dessas sentenças mostra que a categoria de regência para a anáfora *each other* é maior do que no caso dos predicados [+V] ilustrados em (6) e (7), mais especificamente, contrastando com (6b) e (7b). Mas se está correta a noção de CFC, de Chomsky (1986), na identificação da categoria de regência, estes contrastes indicam que enquanto *Mary*, em (6) e (7), é um sujeito, *John* e *the wind*, em (8a) e (8b), respectivamente, não o são.

⁶ Chomsky (1986:169) discute o "domínio local" em que uma anáfora deve ser vinculada (e um pronome deve ser livre) e conclui que é a categoria de regência mínima de α , em que categoria de regência "é uma projeção máxima contendo um sujeito e uma categoria lexical que reja α (e, portanto, contendo α). Uma categoria de regência é um CFC no sentido que todas as funções gramaticais compatíveis com seu núcleo são realizadas dentro da projeção máxima dele – os complementos necessariamente, pelo princípio de projeção, e o sujeito, que é opcional, a menos que seja requerido para licenciar um predicado, por definição."

O segundo argumento utilizado por Contreras (1995) para diferenciar predicados +V e -V é a reconstrução. Barss (1986), apud Contreras (1995), argumenta que quando predicados são fronteados, eles devem ser reconstruídos, obrigatoriamente, na sua posição de origem, mas quando argumentos são fronteados, eles podem ser reconstruídos em posições intermediárias, um contraste ilustrado em (9):

- (9) a. **[Criticize himself]_i, John thinks his wife will not t_i.*
 /[[Criticar a ele mesmo]_i, John pensa que sua esposa não vai t_i./
 b. *[How much criticism of himself]_i, does John think his wife will tolerate t_i?*
 /[[Quanta crítica a ele mesmo]_i, John pensa que sua esposa vai tolerar t_i?/

Para Huang (1993), a agramaticalidade em (9a) se deve ao fato de que a representação correta do sintagma fronteado é algo como [_{t_k} criticize himself]_i, isto é, o predicado fronteado contém o vestígio do sujeito *his wife_k*, que não é um vinculador apropriado para *himself_i*.

SCs adjetivais têm o mesmo comportamento como em (9a) com respeito à reconstrução, segundo Sportiche (1990), apud Contreras (1995), como podemos ver em (10):

- (10) **[How proud of each other]_i, do they consider John t_i?*
 /[[Quão orgulhoso um do outro]_i, eles consideram John t_i?/

O AP fronteado [*how proud of each other*]_i deve conter o traço do seu sujeito *John*, se a explicação de Huang (1993), apud Contreras (1995), para VPs fronteados pode ser estendida para SCs adjetivais.

Vejamos o comportamento de predicados [-V], com respeito à reconstrução em (11):

- (11) a. *[How good a friend of each other'(s)]_i, do they consider John t_i?*
 /[[Quão bom amigo um do outro]_i, eles consideram John t_i?/

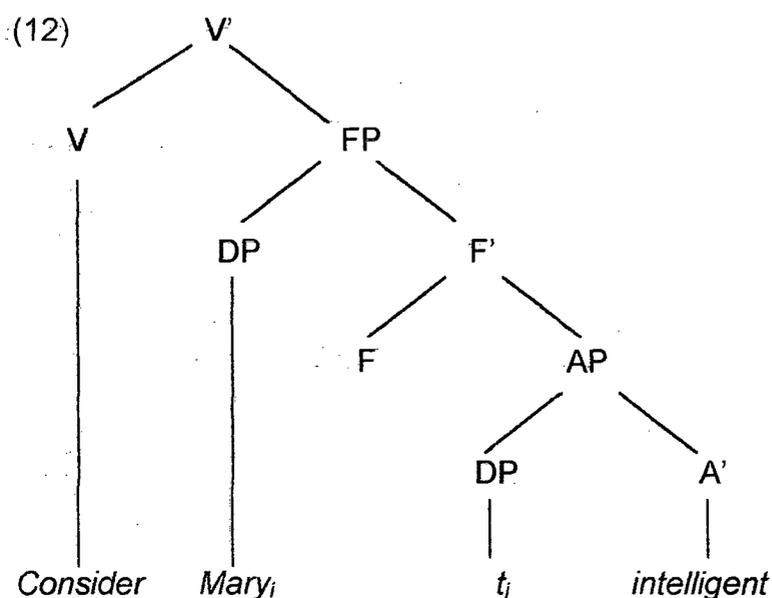
b. [How far from each other's boats]_i do they want John t_i?

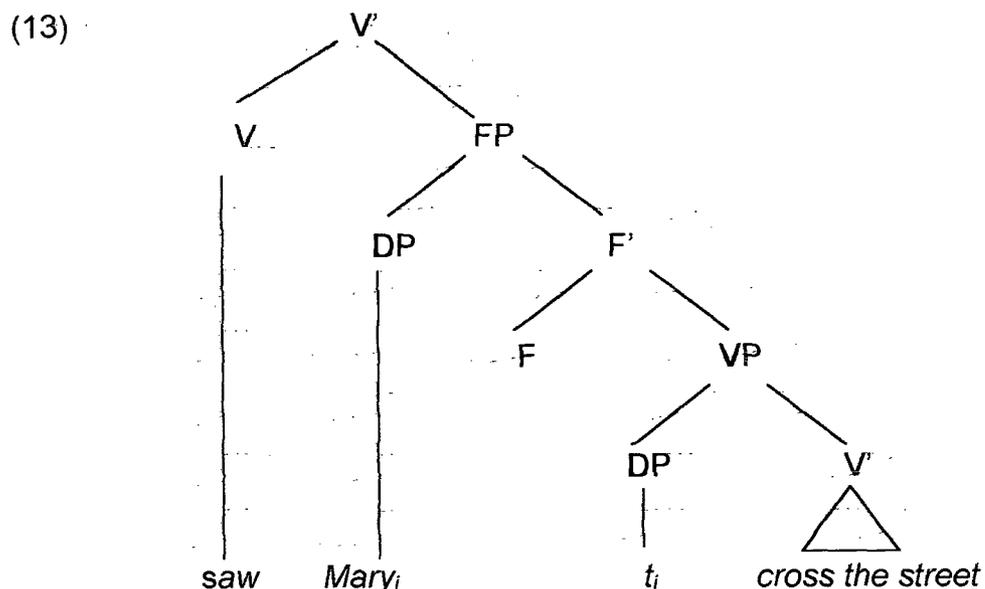
/Quão distante dos barcos um do outro]_i eles querem John t_i?/

A gramaticalidade de (11) deve-se ao fato de o sintagma fronteado não ter o vestígio de *John*, o que é verdadeiro se os predicados [-V] não formam SCs e, portanto, não têm sujeitos.

Em resumo, enquanto predicados [+V] têm sujeitos, os predicados [-V], encaixados em (5c) e (5d), não os têm.

Segundo Contreras (1995), os fatos de reconstrução, discutidos por Sportiche (1990), sugerem que em estrutura-S o sujeito da *small clause* deve ocupar uma posição externa à *small clause*. Contreras, de acordo com propostas de Bosque (1990), Cardinaletti e Guasti (1992), Raposo e Uriagereka (1990) e Travis (n.d.), sugere que há uma projeção funcional dominando, imediatamente, o AP e o VP encaixados em (5a) e (5b), respectivamente, e que o sujeito da SC está no especificador desta projeção em Estrutura-S, onde lhe é atribuído Caso acusativo pelo predicado matriz. Como mostram (12) e (13), em que F significa "funcional".





Quanto à vinculação, tanto AP quanto VP são CFCs, uma vez que eles incluem um sujeito. O efeito de reconstrução acontece pelo fato de que quando AP ou o VP são alçados, eles incluem o vestígio do sujeito.

Em SCs adjetivais, o sujeito c-comanda, assimetricamente, o predicado em algum nível. Observemos (14):

- (14) a. *I consider nobody any good.*
 /Eu considero ninguém bom./
- b. **I consider anybody no good.*
 /Eu considero alguém não bom./

Esta mesma assimetria foi notada por Barss e Lasnik (1986), apud Contreras (1995), com relação à construção do objeto duplo. Itens de polaridade negativa, como *any good* ou *anybody*, devem ocorrer no domínio de c-comando de um elemento "affective" como a negação ou um quantificador negativo (Acquaviva, 1993; Klima, 1964; Ladusaw, 1985; Laka, 1992; Linebarger, 1980; Uribe-Etxebarria, 1993; Zanuttini, 1991), citados por Contreras (1995). Isso explica os fatos em (14): após o alçamento, o sujeito *nobody* c-comanda o item de polaridade negativa *any good* em (14a), enquanto em (15b) o item de polaridade negativa *anybody*, após o alçamento, fica fora do domínio de c-comando do quantificador negativo *no good*.

Esta análise explica também a assimetria em (15):

(15) a. *I consider each doctor responsible for his/her patients.*

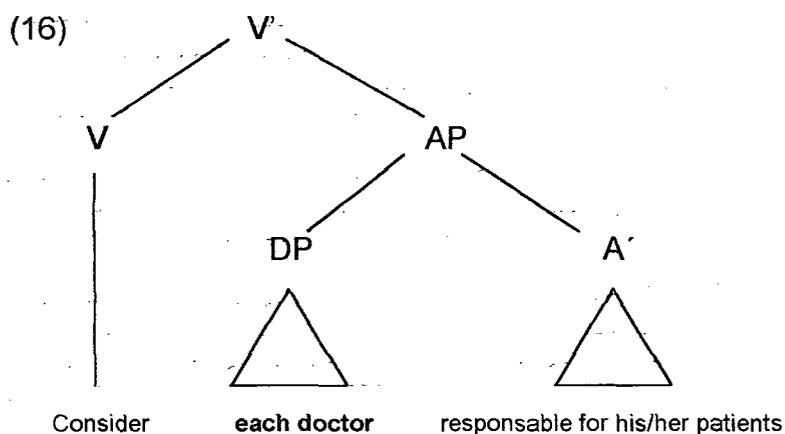
Eu considero cada médico(a) responsável por seus/suas pacientes.

b. *I consider his/her doctor responsible for each patient.*

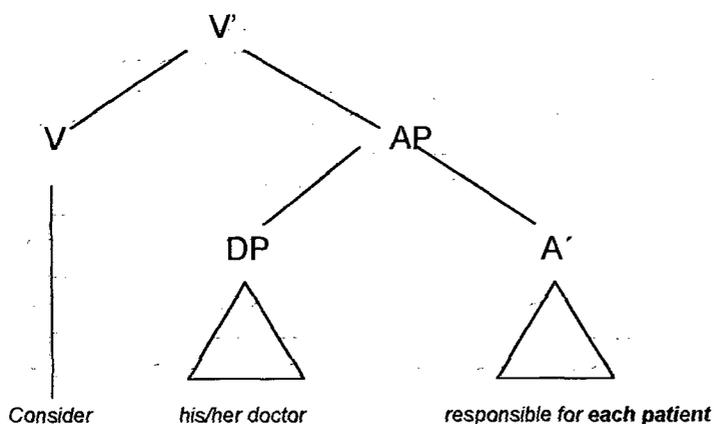
Eu considero seu/sua médico(a) responsável por cada paciente.

Em (15a) um pronome como *his* ou *her* pode ser interpretado como variável vinculada pelo quantificador *each doctor*, mas em (15b) não é possível a interpretação de variável vinculada para o pronome, porque o quantificador não c-comanda *his* ou *her* nessa estrutura, dado que um pronome pode ser interpretado como variável vinculada somente se ele é c-comandado por um quantificador em LF. Vamos assumir que sintagmas quantificados podem livremente se adjungir às projeções máximas que os dominam.

Vejamos, a partir destas suposições, se os fatos em (15) podem ser derivados dentro de uma análise de não alçamento de SCs; (16) e (17) apresentam somente a parte da estrutura que está em discussão:



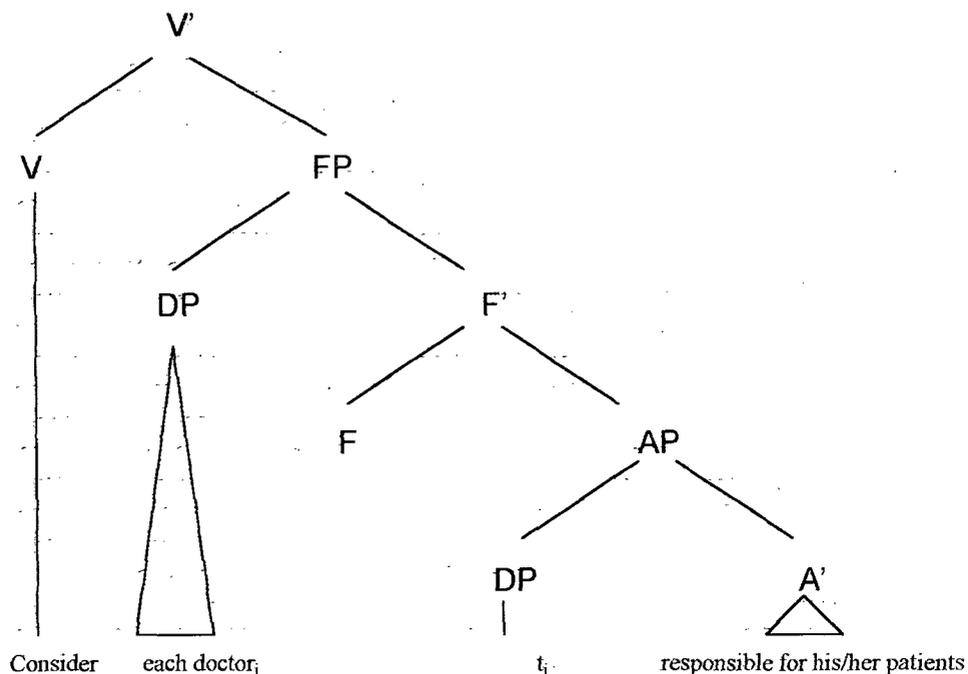
(17)

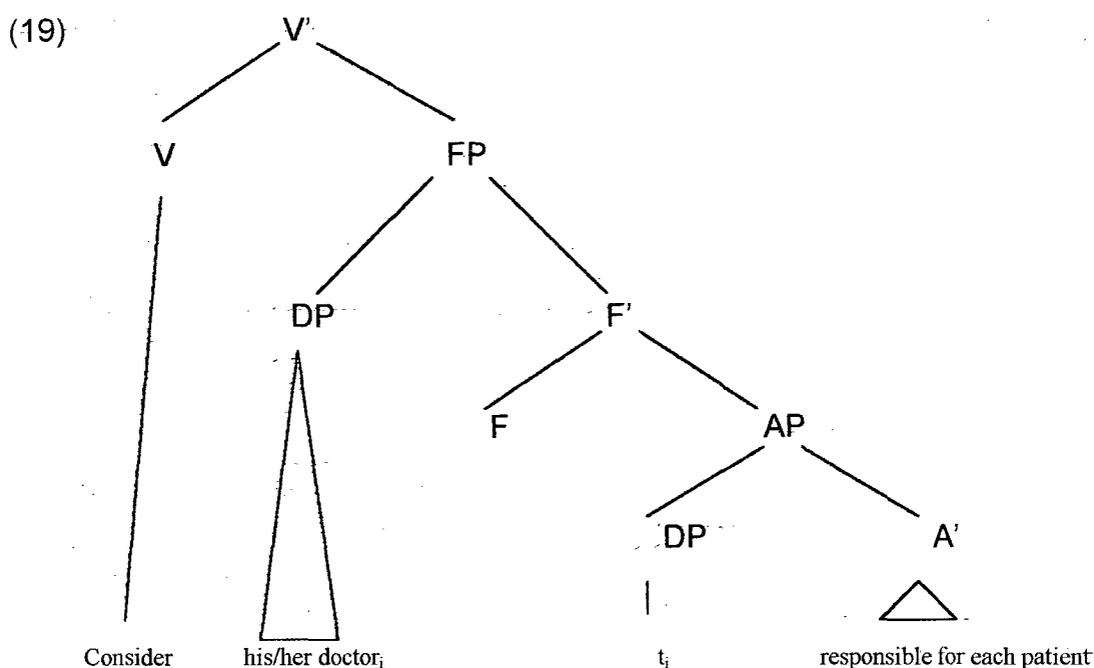


Os quantificadores em negrito se adjungem ao AP em LF. O resultado é que essas estruturas em (16) e (17) tornam indistintas, estruturalmente, as frases (15a) e (15b), prevendo, erroneamente, a possibilidade de leitura de variável vinculada para o pronome de ambas as frases.

Considerando a análise do alçamento, por outro lado, obtém-se representações como as de (18) e (19):

(18)





O sintagma quantificado *each doctor* em (18) se adjunge a FP em LF, mantendo sua relação de c-comando assimétrico com os pronomes *his* ou *her*. Em (19) o sintagma quantificado *each patient* se adjunge a AP, não suficientemente alto para c-comandar os pronomes *his/her*, explicando, portanto, a ausência da leitura de variável vinculada para estes pronomes.

2.2 Sobre a estrutura interna das SCs

Segundo Stowell (1995), as SCs compartilham com orações completas o mesmo tipo de relação de predicação semântica entre o sujeito e o predicado. Elas no entanto diferem por não conter verbos auxiliares ou algum tipo de morfologia de tempo e aspecto que aparecem, normalmente, nas orações completas, o que podemos observar nas SCs adjetivais e verbais em (20), respectivamente, similares às apresentadas para o inglês em (5a) e (5b):

- (20) a. *Nós consideramos [Maria inteligente]*
 b. *Nós vimos [Maria atravessar a rua]*

Vejamos agora a estrutura das orações nominais e preposicionais, que são encabeçadas por uma categoria [-V] como em (5c) e (5d), aqui repetidas:

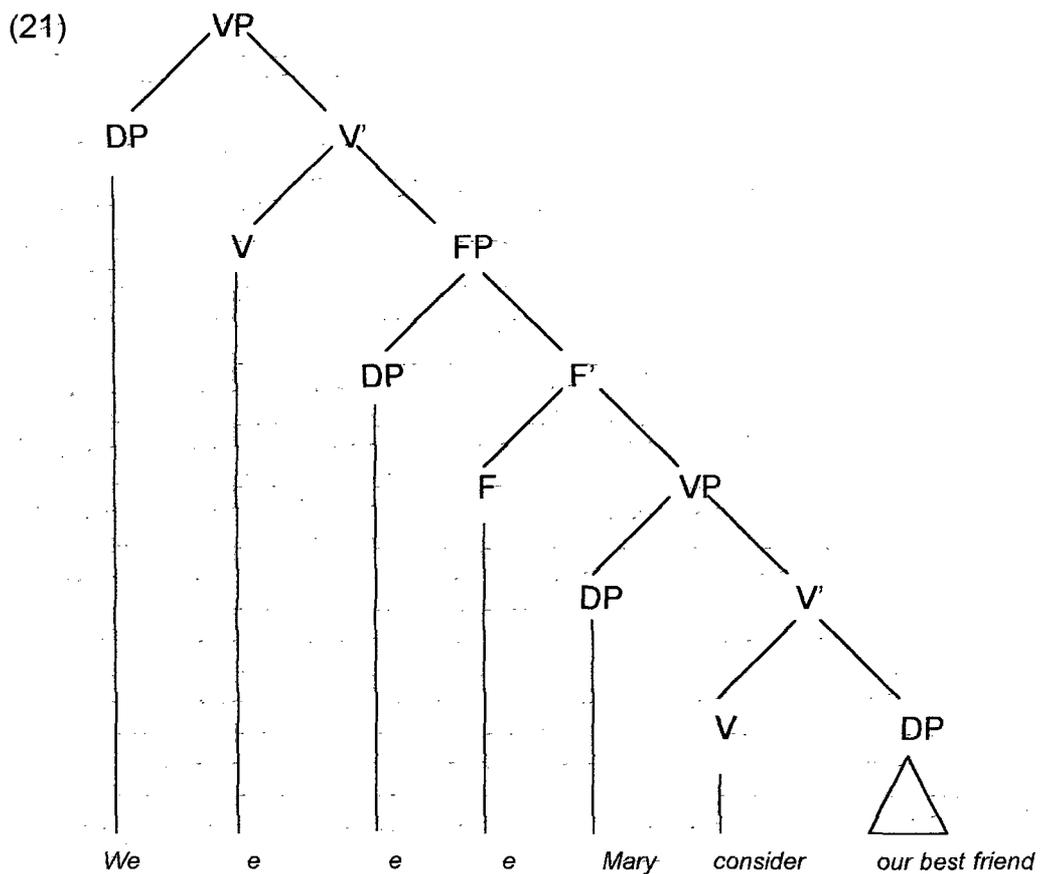
(5) c. *We consider [Mary our best friend].*

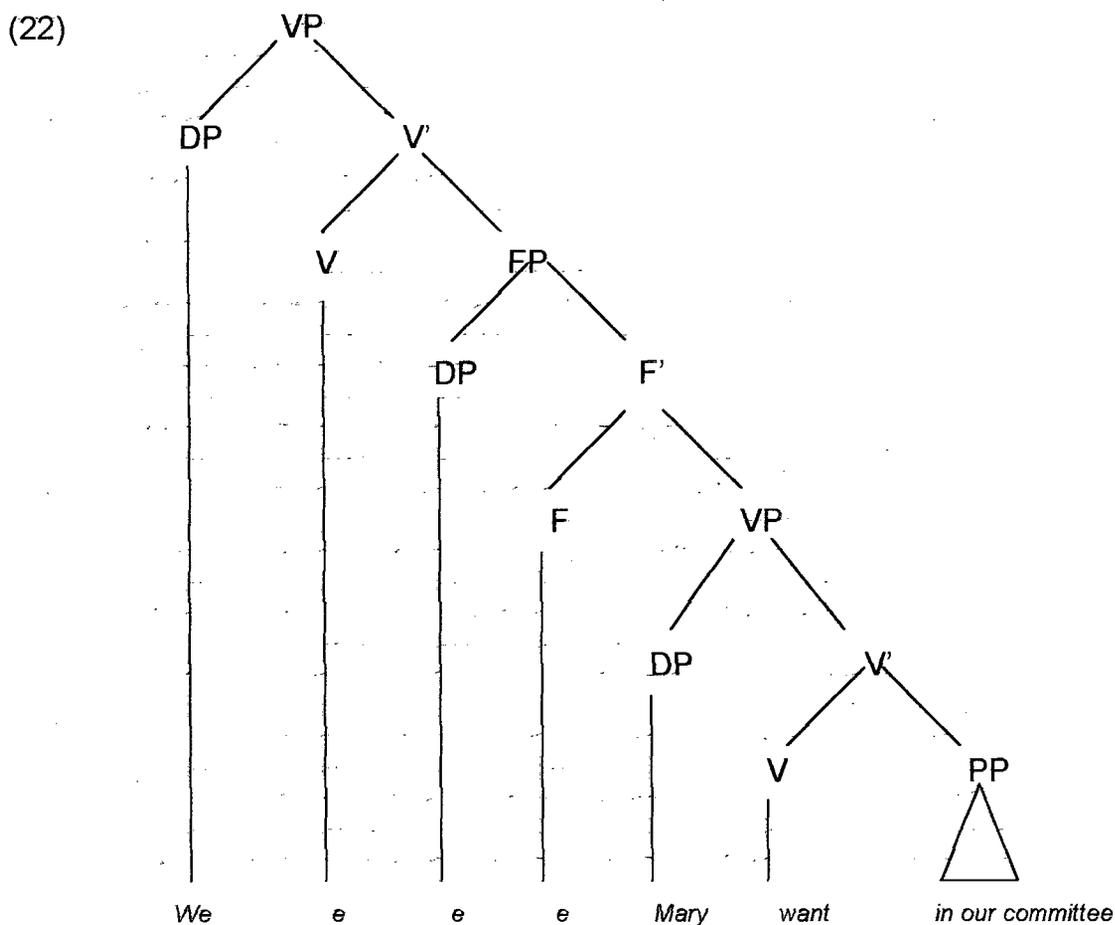
Nós consideramos [Maria nossa melhor amiga].

d. *We want [Mary in our committee].*

Nós queremos [Maria em nosso comitê].

Os fatos de reconstrução e vinculação mostram que, nestas sentenças, *Mary* não é sujeito do predicado encaixado. Adaptando às frases acima a análise de construção de objeto duplo de Larson (1988) e incorporando a proposta de Travis (n.d.), apud Contreras (1995), de uma projeção funcional intermediária, acima do VP mais baixo, Contreras (1995) sugere que a estrutura-D de (5c) e (5d) seja (21) e (22), respectivamente, ignorando as projeções funcionais acima do VP mais alto.





Os verbos *consider* e *want* são alçados para F e depois para a posição V mais elevada e *Mary* se move para Spec de FP, para conseguir Caso acusativo.

Nas estruturas de (21) e (22) o CFC dos verbos *consider* e *want* é o VP mais alto e não o mais baixo. Uma anáfora que estiver ocupando a posição de complemento mais baixa, como DP em (21) e PP em (22), pode ser vinculada por qualquer um dos DPs mais altos. A vinculação pelo DP mais alto foi ilustrada em (9), aqui repetida; (23) exemplifica a vinculação da anáfora pelo DP mais baixo na estrutura.

- (9) a. *They_i consider John each other_i's friend.*
 /Eles_i consideram João amigo um do outro_i./
- b. *They_i want the wind away from each other_i.*
 /Eles querem o vento longe um do outro_i./
- (23) a. *I consider them_i, each other_i's friends*

/Eu considero-os_i amigos uns dos outros_i./

b. *I kept them_i away from each other_i.*

/Eu mantenho-os_i longe uns dos outros_i./

Predicados nominais e preposicionais, com respeito à reconstrução, têm comportamento como (11), aqui repetidos:

(11) a. [*How good a friend of each other('s)*]_i do they consider John t_i?

/[Quão bom amigo um do outro]_i eles consideram João t_i?/

b. [*How far from each other's boats*]_i do they want John t_i?

/[Quão longe dos barcos um do outro]_i eles querem João t_i?/

O DP e o PP fronteados podem ser reconstruídos em uma posição intermediária, onde a anáfora *each other* pode ser vinculada por *they*, o que não é possível para *small clauses* adjetivais, já mostrado em (10), aqui repetida:

(10) *[*How proud of each other*]_i do they consider John t_i?

/[Quão orgulhoso um do outro]_i eles consideram John t_i?/

Segundo Sportiche (1990), essa impossibilidade é devida à presença do vestígio do sujeito no constituinte fronteadado. Se as estruturas-D para (11a) e (11b) são paralelas a (21) e (22), respectivamente, o constituinte fronteadado é o DP ou PP mais baixo e nenhum destes contém um sujeito ou um vestígio do sujeito; por isso sentenças como (11) são gramaticais.

Contreras coloca que a estrutura larsoniana, proposta para predicados nominais e preposicionais, tem dois argumentos a seu favor. O primeiro argumento diz respeito ao dilema da subcategorização discutido por Hornstein e Lightfoot (1987), apud Contreras, os quais apontam a impossibilidade de distinguir DPs plenos como *the President /o Presidente/* de DPs “small clause” como *the President our best friend /o Presidente nosso melhor amigo/* dentro da análise uniforme de *small clauses* de Stowell (1983). O problema é como resolver a subcategorização de verbos como *expect* e *consider*, uma vez que ao primeiro é

permitted to take. DPs full, but not DPs "small clause", while the latter is permitted to take DPs "small clause", as shown in (24):

- (24) a. *We expected the President.*
 /Nós esperamos o Presidente./
- b. **We expected the President our best friend.*
 /Nós esperamos o Presidente nosso melhor amigo./
- c. *We consider the President our best friend.*
 /Nós consideramos o Presidente nosso melhor amigo./

Second to the analysis proposed by Contreras there are no DPs *small clause*. Verbs like *expect* categorize a DP and verbs like *consider* categorize two independent DPs; their different hierarchical arrangements are the result of Larson's (1988) assertions with respect to the X-bar theory, in particular, his unique complement hypothesis, which rejects non-binary structures.

The second argument has to do with the optionality shown in (25), discussed by Maxwell (1984).

- (25) a. *I want them out.*
 /Eu quero-os fora./
- b. *I want out.*
 /Eu quero fora./

Second to the analysis of SC, the structure of (24b) should be (25).

- (26) I_i *want* [PRO_i *out*].

But, given the classic assertions with respect to the distribution of PRO, this is not possible, since PRO is governed by *want*.

Once again the analysis of Larson proposed here is adequate: *want* categorizes, obligatorily, a PP (*out*) and, optionally, a DP (*them*);

assim, (25b) é um caso em que o DP opcional não foi selecionado, fornecendo, portanto, uma solução para este problema.

Contreras discute dois problemas potenciais para a hipótese de que os predicados nominais tenham a estrutura larsoniana, mostrando no entanto que ambos podem ser solucionados dentro da análise sugerida por ele.

O primeiro desses problemas potenciais tem a ver com o algoritmo de formação de cadeia de Rizzi (1986). Stowell (1991), apud Contreras (1995), lembra que a explicação de Rizzi (1986) para a agramaticalidade das estruturas do espanhol como (27) apresentam um argumento favorável à hipótese de *small clause*.

(27) **Juan_i se_i parece inteligente.*

/João_i se_i parece inteligente./

Esse efeito é observado também com predicados nominais como mostrado em (28), mas é preciso determinar se estes fatos levam a uma análise uniforme *small clause*.

(28) **Juan_i se_i parece um buen amigo.*

/João_i se_i parece um bom amigo./

Dada a análise de *small clause*, a estrutura S de (27) é (29), sem levar em consideração detalhes irrelevantes, onde *e'* é um experienciador opcional selecionado por *parecer*:

(29) *Juan_i se_i parece [AP e_i inteligente] e'_i.*

Segundo a explicação de Rizzi (1986), apud Contreras (1995), a única estrutura de cadeia que poderia satisfazer o Critério temático – aquela apresentada em (30) – é mal formada, já que ela requereria que os vinculadores intermediários fossem ignorados.

(30) *(Juan, e) (se, e')*

Isso segue-se do algoritmo da formação de cadeia em (31), que implica (32), e mais a afirmação de que clíticos como *se* são vinculadores-A potenciais.

(31) $C = (\alpha_1, \dots, \alpha_n)$ é uma cadeia sse, for $1 \leq i < n$, α_i é o vinculador local de α_{i+1} .

(32) Formação de cadeia não pode ignorar vinculadores intervenientes.

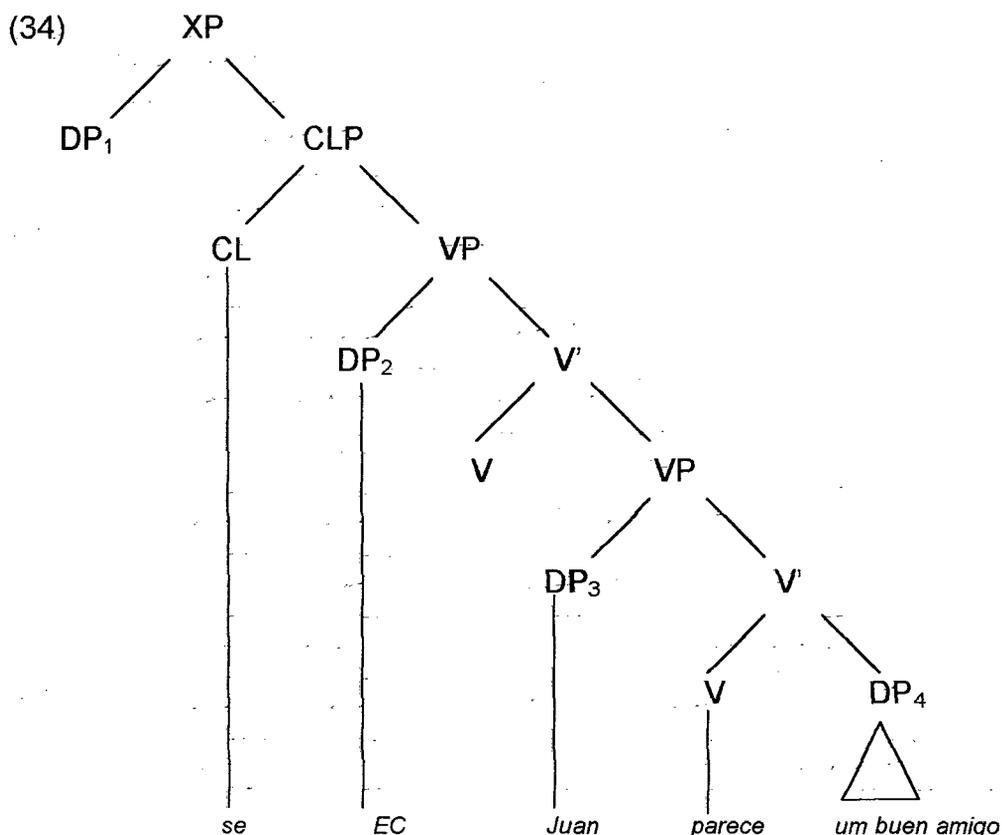
Stowell (1991), apud Contreras (1995), argumenta que, já que a explicação de Rizzi se mantém somente se ela supuser o vestígio e do sujeito, estes fatos fornecem evidência independente para hipótese de SC. Contreras sugere, contudo, que este argumento não é válido.

Fontana e Moore (1992), apud Contreras, consideram a explicação de Rizzi incompatível com a hipótese de sujeito interno ao VP, assumida em muitos trabalhos recentes. Sob essa hipótese, estruturas paralelas a (27) e (28) são consideradas bem formadas, como (33) em espanhol:

(33) *Los niños_i se_i [VP e_i lavan e' _j].*
/Os meninos_i se_i [VP e_i lavam e' _j]./

Segundo Contreras (1995), se a hipótese de sujeito interno ao VP é bem motivada, o algoritmo da formação de cadeia de Rizzi faz prognósticos incorretos. Fontana e Moore (1992), apud Contreras (1995), mostram que o algoritmo de Rizzi pode ser mantido se clíticos não são considerados vinculadores-A potenciais, o que é consistente com as propostas mais correntes com respeito ao estatuto dos clíticos (Borer, 1983; Jaeggli, 1981; Sportiche, 1992; M. Suñer, 1988). Sob a reinterpretação de Fontana e Moore para o algoritmo de Rizzi, o vinculador potencial interveniente, que impede o sujeito *Juan* de formar uma cadeia com seu vestígio em (29), não é o clítico *se*, mas a categoria vazia denotando o experienciador (*e'*) que ocupa uma posição mais alta do que o vestígio (*e*). Já que em (33) nenhuma posição-A intervém entre o vestígio do sujeito e o sujeito, então a formação de cadeia é legitimada.

Se esta explicação é correta, é preciso ver se ela é compatível com a análise proposta; a questão importante para considerar é a de predicados [-V], que Contreras declara não ter sujeitos em estrutura-D. Assumindo as asserções discutidas até aqui, a estrutura-D para (28) é (34):



A especificação lexical associada com *parecer* pode ser pensada em termos de subcategorização ou de funções temáticas. Contreras supõe que *parecer* está associado com a grade temática em (35):

(35) *parecer* {(Experienciador). Tema, Propriedade }

O Experienciador opcional é representado pela EC que é dominada pelo DP₂, o Tema é realizado como *Juan /João/* e a função temática de Propriedade como *un buen amigo /um bom amigo/*. Autores como Belletti e Rizzi (1988), Carrier-Duncan (1985), Fillmore (1968) e Larson (1988) sugerem que o arranjo hierárquico de DP₂, DP₃ e DP₄ é resultado da hierarquia temática em (36):

- (36) Agente > Experienciador > Tema > Meta > Oblíquos (modo, lugar, tempo, propriedade...)

O DP *Juan* deve mover-se para a posição indicada como DP₁ para receber Caso, visto que o verbo *parecer*, sendo intransitivo (sic!), não pode marcar Caso mesmo depois de o verbo subir para a posição V vazia. Já que existe um vinculador-A potencial intervindo, isto é, a EC em DP₂, *Juan* não pode passar por sobre ela, segundo o algoritmo de formação de cadeia de Rizzi. Entretanto, este resultado é obtido sem ser postulado que *Juan* é o sujeito do DP *um buen amigo / um bom amigo/* em algum nível. Assim a análise proposta é compatível com a reinterpretação de Moore e Fontana da proposta original de Rizzi.

Um segundo problema potencial para a proposta de que predicados nominais não formam SCs deriva da análise de sentenças catafóricas de Bosque (1993), apud Contreras, como (37):

- (37) [*Peter's e*] *was a strange family.*
/[*Peter' e*] era uma estranha família/
"A de Peter era uma família estranha"

Bosque mostra que, nestes casos, a categoria vazia é identificada como uma anáfora "para trás" (catáfora), o que não é possível em sentenças como (38):

- (38) [*Peter's e*] *knew my family very well.*
/[*Peter' e*] conhecia a minha família muito bem/

Ele afirma que a catáfora é opção disponível somente quando existe um predicado nominal para atuar como identificador potencial para a categoria vazia. Este autor sugere que [*Peter's e*] é o sujeito em estrutura-D de uma *small clause* nominal em (37), uma análise que não é passível de ser estendida para (38). Bosque propõe uma condição de licenciamento como em (39) para a categoria vazia que ele identifica como *pro*.

- (39) *Um predicado nominal pode identificar lexicalmente os traços de um núcleo lexical externo a ele somente se a projeção máxima do predicado nominal e a projeção máxima do núcleo lexical se comandam dentro da SC.*⁷

Contreras sugere uma explicação alternativa para estes fatos que não dependem de uma análise de SC para estruturas como (37).

De acordo com Stowell (1989), apud Contreras (1995), enquanto NPs são sempre predicativos, DPs podem ser ou referenciais como em (40), ou predicativos como em (41).

- (40) *I saw **that man**.* (expressão referencial)

/Eu vi aquele homem./

- (41) *He became **an engineer**.*

/Ele se tornou um engenheiro./

Para Stowell (1989), a diferença entre estes dois tipos de DPs resulta das diferentes funções do núcleo Determinante. Enquanto em (40) *that* transforma o predicado *man* /homem/ em uma expressão referencial, o determinante *an* /um/uma/ em (41) transforma um predicado que denota instanciação de uma espécie em um predicado que denota ser membro da espécie. Artigos podem funcionar com uma ou outra capacidade, mas demonstrativos só podem encabeçar expressões referenciais, como mostrado em (42):

- (42) a. *We saw **an old friend***

/Nós vimos um velho amigo.

- b. *We consider her **an old friend**.*

/Nós a consideramos uma velha amiga./

- c. *We saw **the worst movie of the year**.*

/Nós vimos o pior filme do ano passado./

- d. *We consider it **the worst movie of the year**.*

⁷ Texto de Bosque (1993), apud Contreras (1995), originalmente escrito em espanhol e traduzido para o inglês por Contreras.

/Nós o consideramos o pior filme do ano./

e. *We saw **that man**.*

/Nós vimos aquele homem.

f. **We consider him **that man**.*

/Nós o consideramos aquele homem./

Dada a análise uniforme dos elementos em negrito de (42) como DPs adotada por Stowell (1989), apud Contreras (1995), a questão que surge é como garantir a escolha apropriada de atualização referencial ou predicativa da categoria; em particular, como rejeitar estruturas como (42f), mas permitir (42d). Duas alternativas se apresentam: podemos pensar que diferentes membros da classe D são marcados no léxico com um dos traços [+/- referencial] e derivar daí os diferentes efeitos de D sobre o NP; ou podemos postular, como feito acima, um papel temático Propriedade, com diferentes realizações sintáticas que incluem DPs predicativos.

Notemos que este é um problema que todas as análises de *small clauses* devem encarar. Independentemente de *consider* em (42) selecionar uma SC ou dois DPs independentes, nós devemos assegurar que o segundo DP não seja referencial.

Como podem os fatos discutidos por Bosque serem explicados sob estas suposições? Se optarmos pela solução dos traços, a resposta está clara: interpretação catafórica está disponível somente para nominais que são diretamente dominados por D [- referencial]. Se adotarmos a abordagem temática, a interpretação catafórica só é possível com DPs que instanciam o papel temático Propriedade.

Estas observações esquemáticas não fazem justiça á análise cuidadosa de Bosque, mas Contreras acredita que são suficientes para indicar que o problema de interpretação catafórica possa ser resolvido sem recurso a uma análise de *small clause* de predicados nominais.

2.3 Sobre a diferença entre predicados *individual level* e *stage level*

Raposo e Uriagereka (1995) colocam que a diferença entre predicados *stage-level* (doravante SL) e *individual-level* (doravante IL) não é léxico-semântica, e que esta diferença se deixa expressar por dispositivos puramente sintáticos. Na verdade, o que está em jogo são diferenças de estrutura informacional da sentença, que se manifestam na sintaxe, através de diferentes mecanismos de marcação morfológica. Segundo os autores, não há predicados IL, mas simplesmente predicados que em algum sentido pragmático “são sobre” seu sujeito morfológicamente designado; e não há predicados SL, mas simplesmente, em vez de “ser sobre” seu sujeito temático, “são sobre” o evento que eles introduzem. A distinção corresponde ao que Kuroda (citado pelos autores) chama de juízo categórico e juízo tético, ou seja, os predicados IL “são sobre” um argumento proeminente (juízo categórico) e os predicados SL “são sobre” o relato de um evento (juízo tético). Os autores argumentam pela explicação sintática para justificar por que a predicação categórica (IL) introduz uma característica constante de uma categoria, enquanto predicação tética (SL) introduz uma característica não-constante de um argumento sujeito padrão.

Segundo os autores, Higginbothan (1983) aponta que a distinção entre predicação SL e IL de Carison (1977) é respeitada até mesmo dentro da mais simples predicação sintática: a *small clause*. Isto levanta uma questão intrigante, se SCs são como propostas por Stowell (1983) em (43), uma estrutura que deixa pouco espaço para expressar diferenças estruturais.

(43) [_{XP}NP [_{XP}Pred]]

Raposo e Uriagereka (1990), especificamente nos termos de Carison, e Chung e MacCloskey (1987) em termos comparáveis mostram as diferenças na distribuição de SCs IL e SL: somente SCs SL podem ser pseudo-clivadas como em (44), sofrer alçamento de nóculo-direito como em (45), sofrer frontamento de foco como em (46), ou aparecer em construções com *o que ... senão* como em (47):

línguas que diferenciam estes dois tipos de predicado com marcas morfológicas. No português, por exemplo, um adjetivo como *bonito* é compatível tanto com a morfologia SL (o verbo *estar*), quanto com a morfologia IL (o verbo *ser*). Para resolver o problema, seria possível argumentar que existem dois adjetivos *bonito*, ou seja, duplicar as entradas lexicais: uma com argumento de evento para predicados SL, e outra sem argumento de evento para predicados IL, o que é problemático porque, intuitivamente, o sentido de *bonito* é sempre o mesmo.

Também a expressão sintática dessa ambigüidade tem problemas porque, segundo Kratzer (1988), apud Raposo e Uriagereka (1995), em estrutura-D o sujeito de um predicado IL está fora da projeção lexical deste predicado. No entanto, se todos os argumentos de um núcleo devem ser gerados dentro da projeção desse núcleo, então o que significa o sujeito estar fora de uma SC em estrutura D? Estar fora da SC é não ser parte da SC. Assim, na concepção dos autores, essa afirmação de Kratzer não pode estar correta.

E de fato, sob o ponto de vista empírico, Diesing (1992), citada por Raposo e Uriagereka (1995), mostra que a abordagem de Kratzer está incorreta. A partir do trabalho de Bonet (1989), apud Contreras (1995), Diesing argumenta que em catalão todos os sujeitos são internos a VP, incluindo os sujeitos dos predicados IL. O argumento está baseado nos quantificadores flutuantes que se originam dentro do VP, independentemente da natureza do predicado:

(48) The pigs are *all* stout.

‘Os porcos são/estão *todos* robustos.’

A posição do quantificador flutuante *all* mostra-nos a posição de base do sujeito que deve ser interna a VP. Raposo e Uriagereka (1995) concluem que o sujeito do predicado IL começa interno a VP e deve ser forçado a sair da projeção de seu predicado no curso da derivação.

Os autores retomam a intuição presente em De Hoop (1992), segundo a qual o Caso afeta a interpretação. Para eles, sujeitos de predicados IL e SL são marcados com formas diferentes de Caso. Existem distinções bem conhecidas nas línguas asiáticas que apresentam marcadores morfológicos de tópicos. Os

autores argumentam que estes tópicos são sujeitos de um tipo particular de predicação, assimilados aqui aos predicados IL.

A intenção de Raposo e Uriagereka (1995) é construir a predicação IL como uma subclasse da classe de estruturas de topicalização que existem nas línguas. Assim, para os autores, os predicados IL são categóricos e apresentam um tipo de topicalização, enquanto que predicados SL são téticos e não implicam em estrutura de topicalização.

Uriagereka (1994a,b), apud Raposo e Uriagereka (1995), argumenta pela existência em sentenças plenas de uma categoria funcional denominada F, que codifica o ponto de vista ou do falante ou de algum sujeito encaixado; F serve como interface sintática em LF com os sistemas pragmáticos. Basicamente, F é a posição designada para o sujeito pragmático sobre o qual a sentença versa, sem levar em consideração outras predicções pressupostas. Eles propõem uma abordagem similar para SCs.

Doherty (1992), apud Raposo e Uriagereka (1995), mostra que diferentes projeções funcionais podem introduzir SCs. Vemos isso em (49) na língua irlandesa:

- (49) a. *Is fhear e.*
 /é homem ele-ACC/
 ‘Ele é um homem.’
- b. *Ta se ina fhear.*
 /está ele-NOM em-seu homem/
 ‘Ele está um homem (agora).’

Note-se que o sujeito de uma SC tética em (49b) recebe Caso nominativo, diferente do sujeito da SC categorial em (49a) que recebe Caso acusativo (a realização *default* em irlandês). A projeção Agr que introduz cada SC também é diferente: há um elemento de concordância forte, a partícula *ina* que contém um sujeito clítico em (49b), enquanto na SC categorial em (49a), a concordância é abstrata. Igualmente o auxiliar é distinto: o auxiliar categórico é *is* em (49a) e o auxiliar tético é *ta* em (49b).

Assim, embora SCs sejam idênticas na estrutura, elas são associadas a dois tipos diferentes de Infl. São esses elementos flexionais que são selecionados por diferentes tipos de núcleos. Essa diferença na flexão se correlaciona a duas formas diferentes de realização de Caso. O Caso *default*, associado ao chamado Categorical-agr (C-agr), marca um tópico em LF, enquanto o Caso regular, associado a um Argumental-AGR (A-AGR) não. Os autores supõem que considerações pragmáticas exigem que sentenças sejam sempre *sobre* alguma coisa, e mesmo quando nenhum argumento é marcado com traços apropriados para estar em posição de tópico, alguma outra coisa deve ser. Pode-se pensar, então, que o auxiliar tético é o equivalente da marca morfológica de tópico, mas desta feita para o predicado. Desta maneira, o predicado ganha escopo sobre o resto da expressão, que é, então, *sobre* o predicado.

SCs são os exemplos mais simples em que este sistema apresentado opera. Na proposta minimalista, o movimento é motivado por traços morfológicos; assim, o sujeito de uma predicação categórica (predicado IL) deve se mover em LF para Spec de FP para ter escopo sobre o resto da expressão e poder ser interpretado como um tópico que é *sobre* o que a frase é.

O que está em jogo, aqui, é estrutura informacional da sentença, que se manifesta na sintaxe através de marcação morfológica, onde se dão as diferenças entre os predicados IL e predicados SL, e essas diferenças são respeitadas dentro das mais simples predicções sintáticas: as *small clauses*.

2.4 Conclusão

Nessas análises que acabamos de ver, podemos concluir que Stowell defende a existência de SC, a qual possui uma relação semântica uniforme entre o sujeito e o predicado, que se apresentam como um par de constituintes irmãos. Contreras concorda em parte com Stowell, e propõe análise de SC para predicados adjetivais e verbais, mas para predicados nominais e preposicionais propõe uma análise de predicado complexo defendida por Larson. Segundo Contreras, predicados [-V] não têm sujeitos em estrutura D, e por isso predicados nominais não formam SCs. Raposo e Uriagereka partem do princípio de que, dentro da mais simples predicação sintática, a SC, existem diferenças entre os

predicados IL e predicados SL, e que essas diferenças não acontecem no plano semântico, mas no sintático, através de marcações morfológicas.

Veremos no próximo capítulo como essas análises contribuem para o estudo do verbo *estar* no português brasileiro.

CAPÍTULO III

O VERBO *ESTAR* NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Segundo a gramática tradicional, os verbos se dividem em auxiliares e principais, e os ditos “principais” são classificados, sintaticamente, como transitivos, intransitivos e de ligação. Nesta tipologia, muitos verbos podem ser classificados em mais de uma classe, tal como o verbo *estar*, que pode receber a classificação de intransitivo, de ligação, podendo também aparecer como verbo auxiliar. Contrapondo-se à GT, a gramática gerativa (doravante GG) propõe a seguinte classificação para os verbos: verbos com dois (ou mais) argumentos (transitivos), verbos com um único argumento que é o externo (intransitivos) e verbos com um único argumento que é o argumento interno (inacusativos). Nosso propósito aqui é propor uma análise unificada para o verbo *estar*, apresentando-o como um verbo inacusativo.

3.1. O verbo *estar* como um verbo inacusativo

Apresentamos a seguir quatro construções diferentes com o verbo *estar*, que servirão de base para nossa análise:

- (1) a. A Maria está doente
- b. Os médicos estão colocando porteiro eletrônico em suas casas
- d. O menino está no hospital
- c. O João está um homem

Como abordado na seção 4 do capítulo I, os verbos inacusativos são verbos que não selecionam argumento externo, selecionando somente argumento interno ao qual são incapazes de atribuir Caso acusativo; o que se apresenta na posição de sujeito da frase não é argumento externo do verbo, como podemos ver em (2):

- (2) a. *A Maria está doente*
 b. **A pedra está doente*

Suponhamos que seja o adjetivo que selecione o DP; se é assim, sabemos que *doente* seleciona um argumento [+animado], portanto, se colocarmos um DP [-animado], teremos problemas como mostrado em (2a).

A sentença (2b) é agramatical porque se verifica uma incompatibilidade de traços semânticos entre o selecionador e o selecionado, mas teremos uma sentença bem formada se colocarmos outro adjetivo que aceite um argumento [-animado], como pode ser observado em (3):

- (3) *A pedra está brilhante*

É possível, portanto, afirmarmos que não é o verbo que está atribuindo papel temático para o sintagma nominal; o DP que está ocupando a posição de sujeito não é o argumento externo do verbo *estar*, mas ocupa a posição de sujeito da frase para receber Caso nominativo. Como vimos na seção 4.4, do capítulo I, a Generalização de Burzio prevê que, se um verbo não atribui papel θ para o seu argumento externo, ele não atribui Caso acusativo para o seu argumento interno. Portanto, se verbos inacusativos não têm Caso acusativo para o seu complemento, eles também não podem atribuir acusativo para o argumento de seu complemento, como em *está [a pedra brilhante]*, isto é, eles não podem ser ECM. Na verdade, o sintagma nominal se movimenta da sua posição de base em estrutura D (abaixo representada por um vestígio), para ocupar a posição de Spec IP em estrutura S, como em (4), onde recebe nominativo da flexão finita:

- (4) *A pedra_i está t_i brilhante*

Se o raciocínio que aplicamos para (1a) mostrou que *estar* pode ser analisado como um verbo inacusativo que seleciona um argumento do tipo [*a Maria doente*], podemos nos perguntar se ele é inacusativo, também, nas demais construções, seguindo o mesmo raciocínio:

- (5) a. *A pedra está colocando porteiro eletrônico em sua casa
 b. *A pedra está no hospital
 c. *A pedra está um homem

Para as sentenças em (1), estamos supondo que o núcleo lexical *estar* está selecionando small clauses, inclusive para os predicados encabeçados por uma categoria [-V] como em (1c) e (1d).

No teste que utilizamos para (2), estamos supondo que apenas o adjetivo atribui papel θ para o sujeito, mas isso não elimina a possibilidade de ser o verbo *estar* e o complemento *doente* que, composicionalmente, atribuem papel temático ao argumento externo, podendo fazer restrição de seleção a esse argumento.

Como visto na seção 1.2 do capítulo I, a atribuição de papel temático para o argumento interno e argumento externo é diferenciada. O argumento interno, que é selecionado pelo núcleo, recebe marcação temática direta, enquanto que o argumento externo, que recebe papel temático composicionalmente, tem marcação temática indireta.

Se adotarmos a composicionalidade para todas as construções com o verbo *estar*, então *estar* e o complemento que selecionam o papel temático para o seu sujeito em (5a), (5b) e (5c) fazem restrição de seleção e rejeitam um argumento [-animado] como *a pedra* para argumento externo.

Dizemos que em (5a), a relação semântica, ou seja, a combinação entre o verbo *estar* e o gerúndio *colocando* dão interpretação progressiva; em (5b), a combinação *estar* + *no hospital* dão interpretação de somente alguém doente poder estar no hospital; e em (5c) *estar* + *um homem* dão interpretação adjetival de pessoa madura, adulta.

Ainda pela composicionalidade, *estar* em (5c) pode ser interpretado como um verbo transitivo, e como tal deveria atribuir Caso acusativo para o seu complemento *um homem*. Sabemos, entretanto, que verbos que atribuem Caso acusativo para o seu argumento interno aceitam um pronome na forma acusativa, como podemos observar em (6):

- (6) a. O João viu um homem
b. O João o viu

Ver é o núcleo lexical que atribui Caso acusativo a seu complemento [*um homem*]. Uma maneira de constatarmos a marcação de acusativo é fazendo a substituição do sintagma nominal [*um homem*] pelo pronome oblíquo *o* como em (6b). Observemos agora como se comporta o verbo *estar* em (7):

- (7) a. O João está um homem
b. *O João o está

A agramaticalidade de (7b) é evidência de que o sintagma nominal *um homem* não recebe acusativo. Na verdade, o sintagma nominal *um homem* não tem interpretação referencial; como complemento de *estar* ele só pode ser interpretado adjetivamente, como um predicado.

A atribuição temática por composicionalidade está bem próxima da noção de predicado complexo de que trata Contreras (1995) em sua abordagem sobre predicados [+V] e [-V], que retomaremos a seguir. Aqui apenas frisamos que é perfeitamente plausível adotar qualquer uma das duas abordagens para a análise do verbo *estar*. Apresentaremos, então, a análise em que *estar* é um verbo inacusativo e que pode selecionar SC para todas as estruturas.

3.2. Análise de SC x análise de Predicado Complexo

Vimos, na seção 2.2 do capítulo II, que Contreras (1995) propõe a análise de *small clause* para predicados adjetivais e verbais, que são encabeçados por uma categoria [+V]; e a análise de Predicado Complexo para predicados nominais e preposicionais, aqueles encabeçados por uma categoria [-V]. Para analisá-los, distintamente, o autor observa seus domínios de vinculação e suas possibilidades de reconstrução.

O domínio local para vinculação de anáforas e pronomes, segundo Contreras (1995), só acontece com predicados [+V], como discutido para o inglês; em português também, parece que os predicados [+V] são capazes de formar um domínio local para a vinculação, como mostra (9):

- (8) a. *O João_i considera [a Maria orgulhosa de si]_i
 b. *Ele_i viu [a Maria encabular-se]_i

Essas construções são de predicados adjetivais e verbais, respectivamente. São agramaticais, porque (8a) só pode significar que a Maria é orgulhosa de si mesma, mas não que a Maria é orgulhosa do João, e (8b) a *Maria* encabulou a si mesma, e não encabulou a *ele*. Assim, o domínio de vinculação da anáfora deve ser mesmo o AP e o VP entre chaves, respectivamente, o que parece confirmar que o sujeito é interno a este domínio.

Contreras (1995) propõe para predicados [-V], nominais e preposicionais, uma categoria de regência maior do que nos predicados [+V], ou seja, o domínio de vinculação de anáfora para predicados [-V] não precisa ser, necessariamente, o NP e o PP. No entanto, isso não se verifica em sentenças do português, como mostra (9):

- (9) a. O João considera [eles_i os melhores amigos uns dos outros]_i
 b. *Eles_i consideram o João o melhor amigo uns ds outros;
 c. A Maria quer [os meninos_i um na casa do outro]_i
 d. *Eles_i querem a Maria na casa um do outro;
 e. Eles_i consideram [o João o melhor amigo deles]_i
 f. *O João considera [eles_i os melhores amigos deles]_i

Em (9a) e (9c) podemos perceber que o domínio de vinculação da anáfora é o DP e o PP, respectivamente, contrastando com a agramaticalidade de (9b) e (9d). Em (9e) o pronome (d) *eles* está vinculado a *eles* que está fora do domínio do DP, enquanto (9f) tem o pronome vinculado dentro do DP, tornando-a agramatical.

Com relação à reconstrução, como já vimos no capítulo II, segundo Contreras (1995), predicados fronteados devem ser reconstruídos, obrigatoriamente, na sua posição de origem, enquanto argumentos fronteados podem ser reconstruídos, também, em posições intermediárias. Observemos as sentenças em (10):

- (10) a. *[*Criticando a si_k*]_i o professor_k pensa que o aluno_j não está *t_i*
 b. [*Quanta crítica a si*]_i João pensa que a Maria suporta *t_i* ?

A agramaticalidade de (10a) se deve ao fato de o sintagma fronteado conter o vestígio *t_i* do movimento do sujeito *o aluno_j*, mas *si* porta o índice *k*, ou seja, estamos forçando a interpretação em que o aluno critica o professor, impossível para a frase (10a). Esta sentença só seria gramatical com a interpretação de que o aluno critica a si mesmo, que teria a representação [*t_i criticando a si_j*], isto é, o predicado fronteado contém o vestígio de *o aluno* que é o sujeito; e (10b) é sem problema, porque o sintagma fronteado tem índice *i* e *si* tem índice *k*, sendo que *k* pode ser tanto *Maria* quanto *João*; portanto, o sintagma fronteado pode ser reconstruído em posições intermediárias. As SCs adjetivais comportam-se como (10a), o que pode ser visto em (11):

- (11) *[*Quão invejosos um do outro*]_i eles_k consideram o Pedro_j *t_i*

Os fatos da reconstrução sugerem que o predicado fronteado deve conter o vestígio do sujeito, ou seja, o predicado fronteado contém o vestígio de *o Pedro*, que não é um vinculador apropriado para *um do outro*, que requer um antecedente plural.

Contreras (1995) sugere que sintagmas fronteados extraídos de predicados [-V] não contêm o vestígio de sujeito, como podemos observar nas sentenças do inglês a seguir:

- (12) a. [*How good a friend of each other'(s)*]_i do they consider John *t_i*?
 /[*Quão bom amigo um do outro*]_i eles consideram John *t_i*?/
 b. [*How far from each other's boats*]_i do they want John *t_i*?
 /*Quão distante dos barcos um do outro*]_i eles querem John *t_i*?/

A gramaticalidade de (12) sugere que tanto em (12a) como em (12b) o sintagma fronteado não contém o vestígio de *John*. Essas construções mostram que predicados [-V] se comportam diferentemente dos predicados [+V] com respeito à

reconstrução no inglês. No entanto, em PB, as construções não exibem esse mesmo comportamento, como podemos observar em (13):

- (13) a. **[Quão bom amigo um do outro]_i eles consideram o João t_i?*
 b. **[Quão longe dos carros um do outro]_i eles querem o Schumacher t_i?*

Observe que a frase de partida para a interrogativa já seria agramatical, como vimos em (9b) e (9d)

Para as *small clauses* adjetivais e verbais, Contreras (1995) sugere que há uma projeção funcional dominando imediatamente o AP e o VP, e que o sujeito está no especificador dessa projeção, onde recebe Caso do verbo matriz, como mostram as estruturas em (14):

- (14) a. *Considero [a Maria_i t_i inteligente]*
 b. *Vi [a Maria_i t_i atravessando a rua]*

Com relação à vinculação, tanto o AP em (14a) quanto VP em (14b) incluem o sujeito; e quanto à reconstrução, uma vez alçado o AP e o VP, respectivamente, eles incluem o vestígio do sujeito.

Podemos dizer que o sujeito das SCs adjetivais c-comandam assimetricamente o predicado em algum nível. Observemos as sentenças em (15) similares a (15) em inglês do capítulo II.

- (15) a. *Eu considero cada médico responsável por seus pacientes*
 b. *Eu considero seu médico responsável por cada paciente*

Em (15a), o pronome *seus* pode ser interpretado como variável vinculada pelo quantificador *cada médico*, enquanto que (15b) esse pronome não tem a mesma interpretação, isto é, o quantificador *cada paciente* não c-comanda o pronome *seu* como em (15a). Para que o quantificador possa c-comandar uma variável, é necessário que ele seja alçado para FP em LF. Em relação a este fenômeno (15a) e (15b) do PB se comportam da mesma maneira com as similares em

inglês, conforme já foi mostrado em (16), (17), (18) e (19), na seção 2.2 do capítulo II.

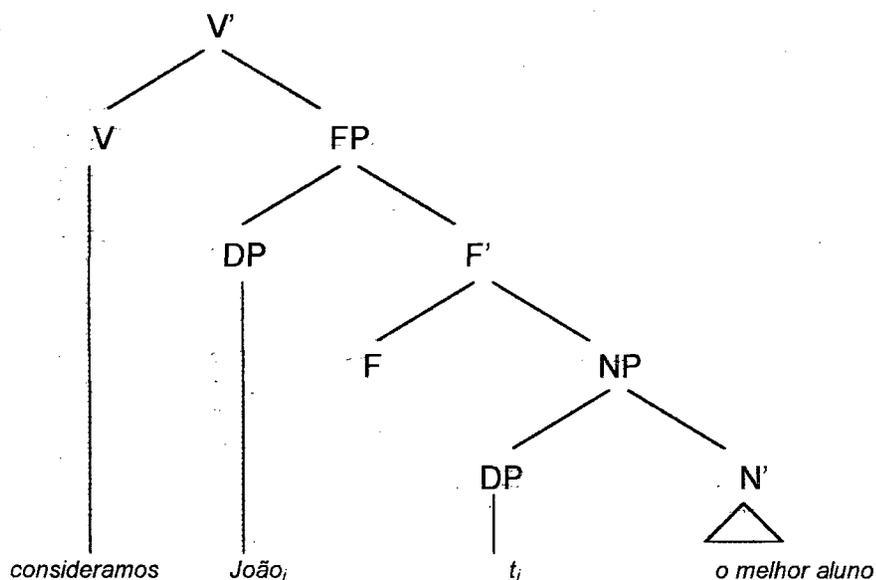
Retomamos agora as orações nominais e preposicionais encabeçadas por uma categoria [-V] em (16):

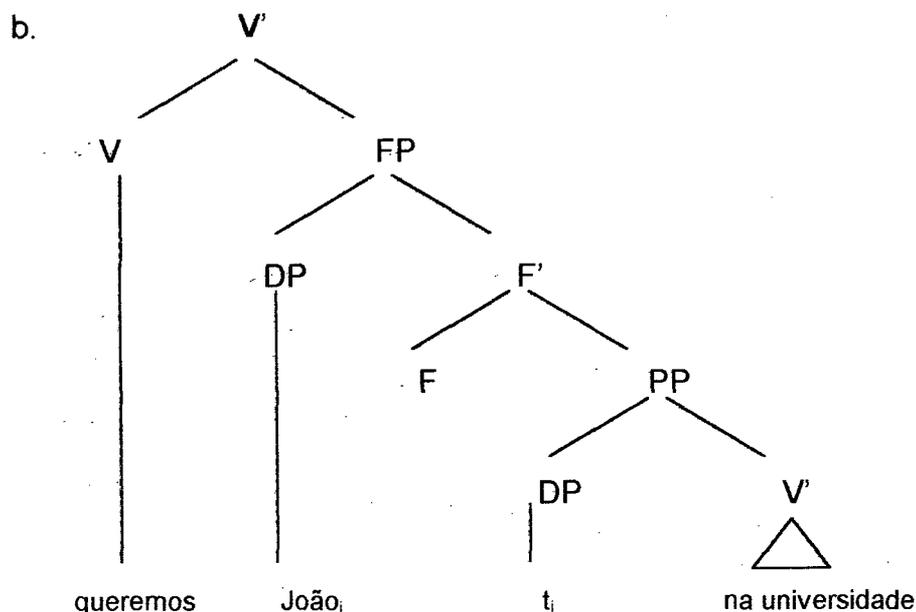
(16) a. *Nós consideramos [João o melhor aluno]*

b. *Nós queremos [João na universidade]*

Ao contrário do que Contreras (1995) propõe, tanto (16a) como (16b) têm *João* como sujeito da SC DP e PP, respectivamente. Para essas sentenças também supomos uma projeção funcional dominando o DP e o PP, como mostra (17):

(17) a.





Contreras (1995) propõe para predicados [-V] a análise do predicado complexo. Em PB, estamos propondo também para esses predicados a análise de SC, por entendermos que, tal como os predicados [+V], o sujeito está incluído no NP e PP, respectivamente. Dado que não existe em português diferenças nos testes de vinculação e reconstrução, optamos pela análise uniforme de SC, por ser a que tem mais respaldo na literatura.

3.3. As diferentes construções com *estar*

Nesta seção, retomamos as construções com o *estar* apresentadas em (1), com o objetivo de analisá-las individualmente.

- (18) a. *A Maria está doente*
 b. *Os médicos estão colocando porteiro eletrônico em suas casas*
 c. *A Maria está na rua*
 d. *O João está um homem*

Supomos a análise de SC para os predicados adjetivais, verbais preposicionais e nominais; por isso, estamos também supondo que em todos eles existe uma projeção funcional do tipo AgrP logo acima do AP, VP, PP e NP e o sujeito da SC ocupa a posição Spec dessa projeção em estrutura S. Nas *small*

clauses AP, VP e NP temos marcas visíveis para supor a existência de uma projeção funcional. Para as SCs prepositivas, embora não tenhamos evidências empíricas, também suporemos uma projeção funcional dominando o PP.

3.3.1. Predicados adjetivais

Adotando a análise de SCs, (18a) tem a estrutura de (19):

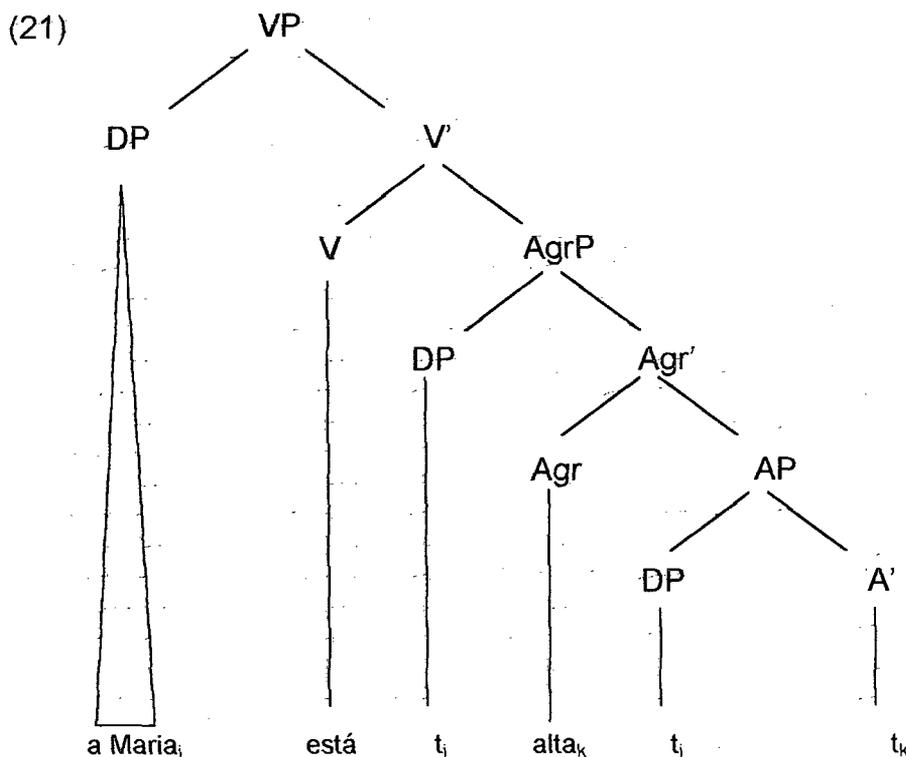
(19) *A Maria_i está [_{AP} t_i doente]*

Nessa construção, o constituinte [*a Maria doente*] tem a *Maria* como sujeito do predicado *doente*, constituindo, portanto, uma SC adjetival complemento do verbo *estar*.

Podemos dizer que existe uma categoria funcional como AgrP dominando o AP que é responsável pela concordância de gênero, visível em (20):

- (20) a. *A Maria_i está t_i alta*
 b. **A Maria_i está t_i alto*

Assim, na verdade FP = AgrP. Os fatos ligados à vinculação do pronome por um quantificador, em (15) da seção 3.2 deste capítulo, sugerem que o sujeito da SC, em estrutura-S, ocupe uma posição externa à SC, como mostra (21) com a projeção funcional incluída:



As SCs adjetivais complementos do verbo *estar* são consideradas predicados *stage level* (SL), contrastando com SCs complementos do verbo *ser*, consideradas *individual level* (IL) como mostra (22):

- (22) a. *A Maria_i está t_i grávida*
 b. **A Maria_i é t_i grávida*
 c. **A Maria está inteligente*
 d. *A Maria é inteligente*

Predicados SL, segundo Raposo e Uriagereka (1995), são sobre o relato de um evento e introduzem uma característica não-constante de um argumento sujeito como em (22a); e predicados IL são sobre um argumento proeminente e introduzem uma característica constante de uma categoria como em (22d).

Estamos supondo que o verbo *estar* sempre se manifesta em SCs SL; entretanto, a diferença entre IL e SL não aparece só com o verbo *estar*, mas com outros verbos também como mostram (23) e (24):

(23) a. *Eu considero [a Maria inteligente]*

b. **Eu considero [a Maria grávida]*

(24) a. *Eu vi [a Maria grávida]*

b. **Eu vi [a Maria inteligente]*

Aparentemente, as SCs complementos de verbos de opinião (*considerar*) se comportam como as SCs selecionadas por *ser* como (22c) e as SCs complementos de verbos de percepção (*ver*) se comportam como as SCs selecionadas por *estar*. A diferença entre IL e SL se constata também em outras construções, uma vez que somente SCs SL podem pseudo-clivar com *em* em (25), ou sofrer fronteamto como em (26), ou aparecer em construções com *o que ... então* como em (27):

(25) a. *O que eu vi foi a Maria grávida*

b. **O que eu considero é a Maria doente*

(26) a. *Até a Maria grávida eu vi!*

b. **Até o João inteligente eu considero!*

(27) a. *O que eu veria senão a Maria grávida?*

b. **O que eu consideraria senão a Maria inteligente?*

Segundo Raposo & Uriagereka (1995), alguns núcleos selecionam tipos de SC diferentes, isto é, enquanto SCs IL devem ser diretamente associada ao núcleo que a seleciona, SCs SL podem ser deslocadas do domínio de regência de seu núcleo.

Os predicados IL e SL nem sempre são tão distintos assim; no PB tem vários adjetivos compatíveis com as duas construções, como podemos observar com o adjetivo *bonito* em (28):

(28) a. *A Maria é bonita*

b. *A Maria está bonita*

Nessas sentenças *bonita* tem uma entrada como argumento de evento e outra não, mas teremos ambigüidade, porque intuitivamente, o sentido de *bonita* é sempre o mesmo.

Como visto na seção 2.4 do capítulo II, em catalão todos os sujeitos são internos a VP, incluindo o sujeito de predicados IL, o mesmo ocorrendo em PB como mostra (29):

- (29) a. [Os meninos]_i são [todos t_i inteligentes]
 b. [As meninas]_i estão [todas t_i grávidas]

O sujeito dos predicados IL são topicalizados, possivelmente em LF, e o sujeito das SCs SL é padrão. No entanto, aparentemente, os dois podem ser topicalizados em SS, como (29'):

- (29') a. Os meninos, eles são todos inteligentes
 b. As meninas, elas estão todas grávidas

Os autores argumentam que sujeitos de predicados IL e SL são distintos com relação à marcação de Caso. Observemos a construção de sentenças na língua irlandesa, que corresponde a construções no PB, como mostra (30):

- (30) a. *is fhear e.*
 a'. *Ele é um homem*
 é-CAT homem ele- ACC
 b. *Ta se ina fhear.*
 b'. *Ele está um homem (agora)*
 está-TET ele-NOM homem

Enquanto no PB essa diferença é marcada pelos tipos de verbo (*estar* em (30b'), e *ser* em (30a')), podemos observar que a língua irlandesa em (30b), a SC tética recebe Caso Nominativo, possui um elemento de concordância, a partícula *ina*

contendo um sujeito clítico, e um auxiliar tético *ta*; e em (30a) a SC categorial é marcada por Caso acusativo, a concordância é abstrata, e o auxiliar categórico é *is*.

A realização de Caso se dá de formas diferentes: em (30a) o sujeito se move para Spec de FP em LF ser realizado o Caso; em (30b) o caso se realiza em Spec de IP em SS, onde não há topicalização.

O DP [*um homem*] em (30b') pode ter interpretação semântica de adjetivo como *crescido, maduro*. Possui uma característica não constante no sentido de que ele só é *um homem* num dado momento, por isso *stage level*, um problema que discutiremos na seção 3.3.4.

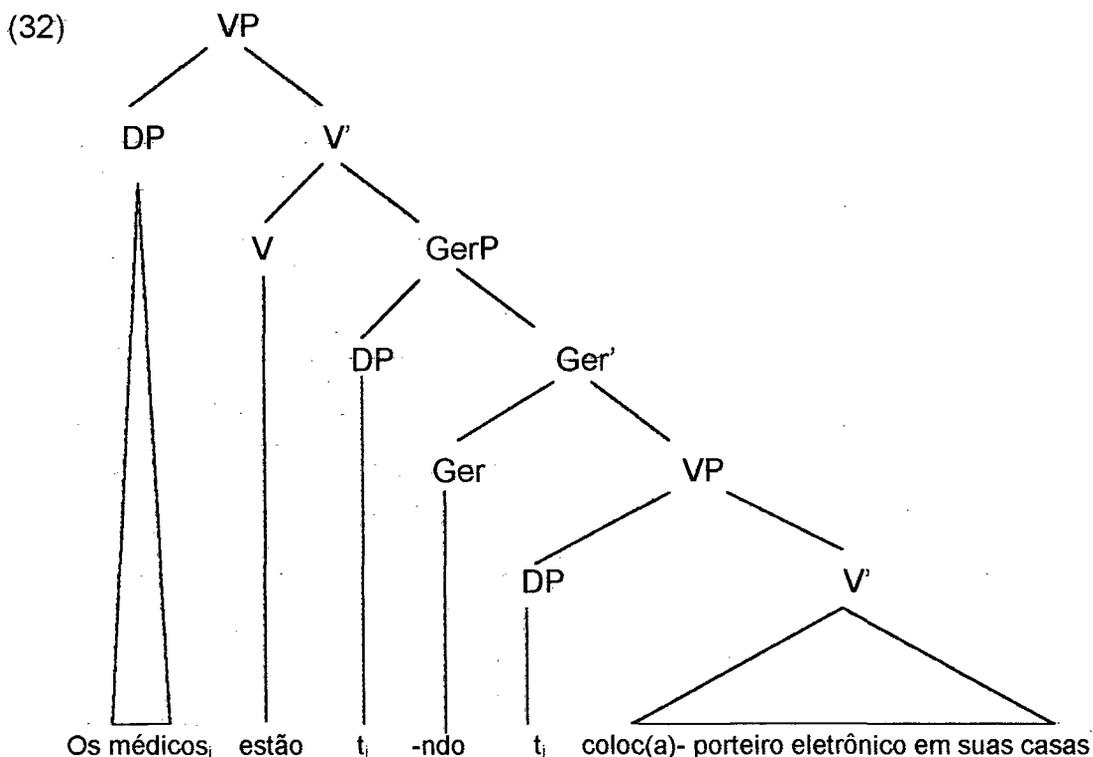
3.3.2. Predicados Verbais

Tal como supomos para predicados adjetivais, também os predicados verbais constituem uma estrutura sintática de sujeito e predicado, e assim a análise de (18b) pode ser como mostra (31):

(31) *Os médicos_i estão [_{VP} t_i colocando porteiro eletrônico em suas casas]*

Aqui, *os médicos* é sujeito do predicado *colocando porteiro eletrônico em suas casas*. Na verdade, *estar* é um auxiliar que se apresenta como um inacusativo selecionando uma SC _{VP}.

Supondo a existência de uma projeção funcional GerP dominando o VP, responsável pelo gerúndio do verbo *colocar*, (31) tem uma estrutura como em (32):



Estar juntamente com *colocando* dá uma interpretação progressiva ao predicado, embora nem toda construção *estar* + *gerúndio* seja possível, como mostram os exemplos do inglês em (33):

- (33) a. **I am seeing John over there*
 b. **I am knowing the city just now*

Essas mesmas construções são possíveis no PB, e ainda que seja discutível o sentido que elas têm:

- (34) a. *Eu estou vendo o João*
 b. *Eu estou conhecendo a cidade somente agora*

Construções com gerúndio sem o auxiliar *estar* podem dar interpretação de ação realizada, como mostram as sentenças em (35):

- (35) a. *Conhecendo o assunto, tudo fica mais fácil*
 b. *Agora sabendo o caminho, todos seguem tranquilos*

Portanto, a interpretação progressiva parece ser mesmo da combinação *estar* + *gerúndio*.

Estar, além de c-selecionar SCs verbais com gerúndio, também seleciona SC com participio como (36):

- (36) a. *Nada está excluído*
 b. *Ela ainda estava vestida*
 c. *Aqueles já estavam convencidos*

SCs verbais com participio se assemelham a SCs adjetivais, possuindo uma categoria funcional como AgrP, responsável pela concordância de gênero e número visível em [*ela vestida*] de (36b) e [*aqueles convencidos*] de (36c). Aqui, a diferença entre predicados IL e SL se relaciona à passiva; normalmente é o verbo *ser* que auxilia na formação da passiva analítica, no entanto o verbo *estar* também pode auxiliar, exprimindo um estado como (37):

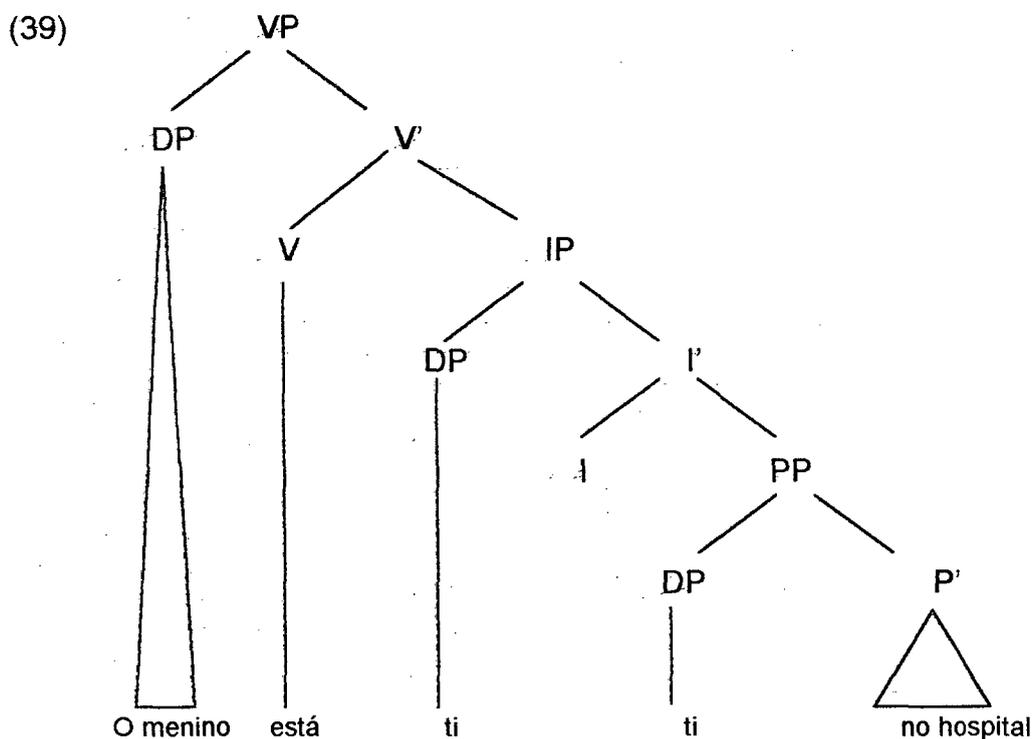
- (37) a. Ele foi convencido
 b. Ele está convencido

3.3.3. Predicados preposicionais

Podemos dizer que o predicado preposicional é encontrado em sentenças como (18c). Supondo análise de *small clause* também para predicados [-V], então teremos a seguinte estrutura sintática para essa construção em (38):

- (38) *O menino_i está [PP t_i no hospital]*

Nessa sentença, temos o constituinte [*o menino no hospital*], sendo *o menino* sujeito do predicado *no hospital*, constituindo, portanto, uma SC preposicional, como mostra a estrutura (39) na representação em árvore, supondo uma projeção funcional dominando o PP:



Em construções preposicionais, o complemento de *estar* pode ser um locativo dêitico como mostra (40):

- (40) a. *A Maria está aí*
 b. *A Maria está lá*
 c. *A Maria está aqui*
 d. *Aí pode estar o nó da questão*

Em (40d), o sujeito aparece em outra posição que não Spec IP, invertendo a posição com o locativo *aí*.

Outras construções preposicionais admitem complementos PPs sem interpretação locativa como (41):

- (41) a. *A Maria está na moda*
 b. *Ela não estava com nada*
 c. *Está na hora do banho dela*

Em (41a), embora o complemento *na moda* seja introduzido pela preposição *em* que pode indicar lugar, na verdade, não tem interpretação locativa. Em construções como (41b) *não* deve c-comandar *nada*, que ao aparecer depois do verbo flexionado se comporta como um item de polaridade negativa. Sem o c-comando de *não* teríamos uma sentença impossível como (42):

(42) *Ela estava com nada

Em construções como (41c) um expletivo deve assumir a posição de sujeito; assim, supomos que *estar* seleciona uma SC preposicional como [pro expl, *em a hora de* COMPL] e esse COMPL pode ter diferentes formas como um DP [*o banho dela*], um infinitivo simples, como (43a), ou infinitivo flexionado, como (43b):

- (43) a. *Está na hora de servir o almoço*
 b. *Está na hora dessas crianças estudarem um pouco*

Estar, embora na GT conste também como um verbo intransitivo⁸, na verdade sempre vai selecionar uma SC, de tal forma que rejeitamos construções como (44):

(44) **A Maria está*

Essas construções são usuais no cotidiano como resposta a alguma pergunta, e nestes casos há sempre um complemento implícito. A agramaticalidade de (44) acontece porque está faltando o predicado para o sujeito *a Maria*.

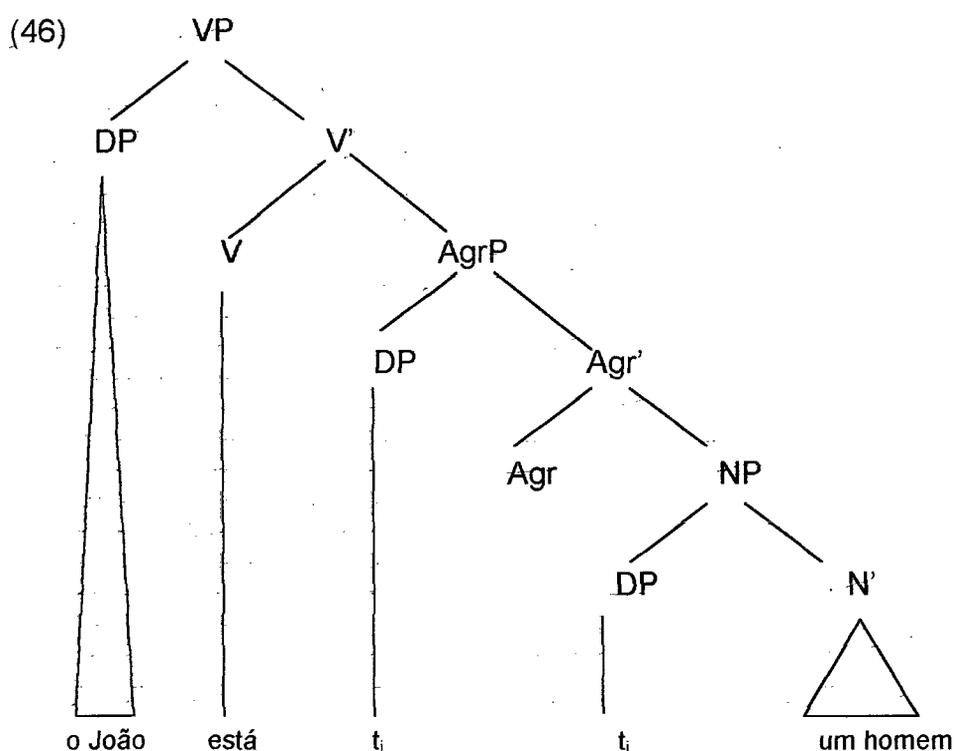
⁸ Verbos intransitivos na GT são verbos de predicação completa..., ou seja, são orações de apenas dois termos, sujeito e verbo, sem nenhuma necessidade, para o sentido, de um terceiro termo. (Almeida, (1999:165§300)

3.3.4. Predicados Nominais

Consideramos como exemplos de predicados nominais construções como (18d). Estamos supondo também para estas construções a análise de SC, que apresenta a estrutura sintática em (45):

(45) *O João_i está [_{NP} t_i um homem]*

Supondo uma projeção funcional dominando imediatamente o NP, então teremos a seguinte estrutura em (46):



Essa categoria funcional é responsável pela concordância de gênero e número entre [*o João*] e [*um homem*].

Em termos semânticos, a *small clause* nominal [*o João um homem*] tem interpretação adjetival, levando em consideração que o constituinte *um homem* pode significar *maduro*, *adulto*, num dado momento, como já vimos na seção 3.1. *Small clauses* selecionadas por *estar*, são sempre *stage level* por introduzir uma característica não constante ao predicado, fruto, segundo Raposo & Uriagereka (1995), do fato de sintaticamente comportarem apenas um sujeito, não um tópico.

Construções com o *estar* em predicados nominais admitem normalmente o artigo indefinido como [*ele um homem*], mas rejeitam construções sem o indefinido como (47):

- (47) a. **Ele está o homem*
b. **Ele está este homem*
c. **Ele está homem*

Pesam sobre as SCs nominais um conjunto de restrições fortes: não é qualquer tipo de determinante que pode estar presente no DP predicado, somente o artigo indefinido dá resultados gramaticais.

Neste capítulo apresentamos uma análise unificada para o verbo *estar* como um verbo inacusativo. Algumas construções pelas quais optamos foram extraídas de um *corpus* coletado de um banco de dados disponível na Internet. Fazem parte deste *corpus* textos de João Ubaldo, Luís Fernando Veríssimo, editoriais e cadernos de variedades de jornais impressos. Outras construções com *estar* foram retiradas das falas do cotidiano.

Para os complementos de *estar* apresentamos uma análise de *small clause* para todas as predicções, inclusive as encabeçadas por uma categoria [-V], segundo a análise proposta por Stowell.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo foi apresentar uma proposta de análise inacusativa para o verbo *estar*, que é classificado na GT como verbo auxiliar e principal, este dividido em intransitivo e de ligação. Dentro da Teoria de *Regência e Vinculação*, podemos apresentá-lo com uma única classificação: inacusativo.

No primeiro capítulo, apresentamos uma introdução geral ao quadro teórico adotado para esse estudo, principalmente teoria X-barrá, teoria temática, teoria do Caso e hipótese inacusativa, de essencial importância para o desenvolvimento do trabalho.

No segundo capítulo, apresentamos várias abordagens sobre *small clauses*. Stowell (1995) defende que a teoria da *small clause* se aplica a todas as estruturas de sujeito e predicado, mas que não possuem nenhum tipo de flexão frasal.

Outra abordagem apresentada foi a de Contreras (1995), que defende análise de *small clause* para predicados encabeçados por uma categoria [+V], entre eles os adjetivais e verbais, e análise do predicado complexo para predicados encabeçados por uma categoria [-V], os preposicionais e nominais. Para analisá-los diferentemente, ele examina seus domínios de vinculação e as possibilidades no processo de reconstrução.

A terceira abordagem que apresentamos foi de Raposo e Uriagereka (1995), os quais mostram a diferença entre predicados *stage level* e *individual level*. Essa diferença, segundo os autores, não é léxico-semântica, mas se deixa expressar por dispositivos sintáticos. Segundo os autores, predicados IL são predicados que em algum sentido pragmático “são sobre” seu sujeito morfológicamente designado; e predicados SL em vez de “ser sobre” seu sujeito temático, “são sobre” o evento que eles introduzem. Eles argumentam pela explicação sintática para justificar que predicado categórico (IL) introduz uma característica constante de uma categoria, enquanto predicado tético (SL) introduz uma característica não constante de um argumento sujeito padrão.

No terceiro capítulo, apresentamos uma análise unificada para o verbo *estar*, a qual seguiu os seguintes passos: primeiro, mostramos que *estar* é um inacusativo, por não atribuir Caso acusativo ao argumento interno, e por não selecionar argumento externo, ou seja, o que se apresenta na posição de sujeito não é o seu argumento externo, mas ocupa esta posição para receber Caso nominativo da flexão I.

O segundo passo tratou da análise de SC x análise de predicado complexo para as construções que Contreras (1995) apresenta para o inglês, contrastando com as construções para PB. Verificamos, no entanto, que no PB não temos as evidências empíricas para justificar a divisão entre SCs e predicados complexos. Optamos então pela análise uniforme de SC para todos os complementos de *estar*.

No terceiro passo, apresentamos uma análise individual para as diferentes construções com *estar*: SC adjetival, verbal, preposicional e nominal.

Pudemos concluir que os predicados adjetival, verbal, preposicional e nominal possuem uma projeção funcional, cuja evidência está na marca visível de concordância para adjetivais, verbais e nominais; embora não tenhamos evidências empíricas visíveis para as preposicionais, assumimos igualmente a presença desta projeção flexível.

No PB, temos marcas visíveis para diferenciar os predicados IL e SL. As SCs adjetivais introduzidas pelo *estar* são consideradas predicados *stage level* contrastando com as SC *individual level* introduzidas pelo verbo *ser*. Para o inglês, os predicados IL e SL são introduzidos pelo mesmo verbo *to be/ser/estar*. Raposo e Uriagereka (1995) argumentam que a distinção entre predicados IL e SL está na marcação de Caso. Esta diferença é marcada pela estrutura de topicalização: enquanto o sujeito da SC IL, para ser interpretado como tópico, deve mover-se para Spec de FP (uma projeção funcional acima de IP) para ter escopo sobre o predicado e em Spec de FP receber Caso, na SC SL o Caso se realiza em Spec de IP, ou seja, uma relação que não envolve topicalização, embora, aparentemente, possa haver topicalização na SS para sujeitos de predicados IL e SL, como vimos em (30') do capítulo III.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de, (1999). *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 44. ed., Ed. Saraiva, São Paulo/SP.
- ANDRÉ, Hildebrando A. de, (1997). *Gramática Ilustrada*. 5. ed. São Paulo: Moderna.
- BELLETTI, A. (1988) *The case of unaccusative*. *Linguistic Inquiry*, 19: 1-34.
- BURZIO, L. (1986) *Italian Syntax : a government and binding approach*. Dordrecht: D. Reisel Publishing Company.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (1999). *Alfabetização & Lingüística*. 10. ed. São Paulo: Scipione.
- CARDINALETTI, Anna e GUASTI, Maria Teresa (1995). *Syntax and Semantics*, Academic Press, San Diego, Vol. 28, p. 1-23.
- CEGALLA, Domingos Paschoal.(1993) *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 36 ed. Editora Nacional. São Paulo/SP.
- CHAGAS, Conrado Abreu. (2000) *"A sintaxe verbal na tradição gerativa"*. Dissertação de Mestrado, UFRGS.
- CHOMSKY, Noam (1986). *Knowledge of Language*. p.169
- COELHO, Izete L. (2000). *A ordem V-DP em construções monoargumentais: uma Restrição sintático-semântica*. Tese de doutorado, UFSC.
- CONTRERAS, Heles (1995). *Small Clauses and Complex Predicates*. In: Cardinaletti, Anna e Guasti, Maria Teresa (Org.) *Syntax and Semantics*, Academic Press, San Diego, vol. 28, p. 135-152.

CUNHA, Celso Ferreira da, (1997). *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro : FENAME.

DUARTE, Y. "A Hipótese Inacusativa e as Evidências do Português". Delta 9, nº 1. 31-58, São Paulo, 1993.

ELISEU, A. (1984). *Verbos ergativos do Português: Dissertação e Análise*. Trabalho de síntese para provas de aptidão pedagógica e capacidade Científica. Faculdade de Letras, Lisboa.

FELTES, Heloísa Pedrosa de Moraes. *Gramática das teorias Lingüísticas e Gramáticas pedagógicas*. Anais do Seminário Ago/94. Ed. PUCRS- PO 1995

FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. *A Posição do Sujeito no Português Brasileiro – Frases finitas e infinitas*. Ed. da Unicamp, Campinas/SP 1996.

HAEGEMAN, I. (1994) *Introduction to Government and Binding Theory*. Oxford: Blackwell.

KREPS, Christian (1994). *Another look at Small Clauses*. In: UCL Working Papers In Linguistic nº 6, p. 149-177.

LUFT, Celso Pedro (1999). *Língua e Liberdade*. 7. ed., São Paulo: Ática.

MESQUITA, Roberto Melo, (1994). *Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva.

MIOTO, Carlos, FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina e LOPES, Ruth Elisabeth Vasconcelos. *Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 1999.

MIOTO, Carlos. *Lingüística e o Ensino de Gramática*. Anais de Seminário, Ago/94. Ed. PUCRS – PO 1995.

MIOTO, CARLOS. *Preposições: núcleos lexicais ou funcionais?*. In *Lingüística e Ensino Reflexões para a prática pedagógica da língua materna*. Florianópolis: Insular, 1998.

- PASCHOALIN & SPADOTO. (1989). *Gramática – Teoria e exercícios*. São Paulo: FTD.
- PASQUALE & ULISSES, (1997). *Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Scipione.
- PEREIRA, Vera Wannmacher. *A Lingüística e o Ensino da Gramática*. Anais do Seminário Ago/94. Ed. PUCRS – PO 1995.
- RAPOSO, E. (1992) *Teoria da Gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Editorial Caminho.
- RAPOSO, Eduardo e URIAGEREKA (1995). *Two Types of Small Clauses (Toward a Syntax of Theme/Rheme Relations)*. In: Cardinaletti, Anna e Guasti, Maria Teresa, *Syntax and Semantics*, Academic Press, San Diego, vol. 28, p. 179-206.
- STOWELL, Tim (1995). *Remarks on Clause Structure*. In: Cardinaletti, Anna e Guasti, Maria Teresa, *Syntax and Semantics*, Academic Press, San Diego, vol. 28, p. 271-286.
- TORREGO, Ester (1989). *Unergative-Unaccusative Alternations in Spanish*. In: MIT Working Papers in Linguistics, Cambridge, Massachusetts, vol. 10, p. 253-272.